



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA
EM REDE NACIONAL - PROFMAT



EDIVAN OLIVEIRA SEMEÃO

**ANÁLISE ESTATÍSTICA DA EVOLUÇÃO DOS NOMES PESSOAIS NO BRASIL:
TENDÊNCIAS TEMPORAIS, INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS E APLICAÇÕES NO
ENSINO DE ESTATÍSTICA**

São Luís - MA

2024

EDIVAN OLIVEIRA SEMEÃO

**ANÁLISE ESTATÍSTICA DA EVOLUÇÃO DOS NOMES PESSOAIS NO BRASIL:
TENDÊNCIAS TEMPORAIS, INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS E APLICAÇÕES NO
ENSINO DE ESTATÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Orientadora: Prof^ª. Dra Waléria de Jesus Barbosa Soares

São Luís - MA

2024

Semeão, Edivan Oliveira.

Análise estatística da evolução dos nomes pessoais no Brasil: tendências temporais, influências socioculturais e aplicações no ensino de estatística / Edivan Oliveira Semeão. - Pedreiras - MA, 2026.

80 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Pedreiras, 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Waléria de Jesus Barbosa Soares.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos André Bogéa Pereira.

1. Antroponímia. 2. Ensino de Estatística. 3. IBGE. I. Título.

CDU: 311:37(81)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

EDIVAN OLIVEIRA SEMEÃO

**ANÁLISE ESTATÍSTICA DA EVOLUÇÃO DOS NOMES PESSOAIS NO
BRASIL: TENDÊNCIAS TEMPORAIS, INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS E
APLICAÇÕES NO ENSINO DE ESTATÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Matemática em Rede
Nacional (PROFMAT) da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA), como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Matemática.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **WALERIA DE JESUS BARBOSA SOARES**
Data: 07/07/2026 20:28:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Waléria de Jesus Barbosa Soares (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO NOLETO TURIBUS**
Data: 07/07/2026 21:08:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Sergio Noleto Turibus (1º examinador)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO JOSE DA SILVA**
Data: 08/07/2026 00:13:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Antonio José da Silva
Universidade Federal - UFMA do Maranhão (2º examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder sabedoria, força e perseverança para superar os desafios e alcançar a conclusão deste curso.

À minha esposa, Bia Leite, e a todos os meus familiares, pelo apoio constante, incentivo e confiança ao longo dessa trajetória.

Aos professores do PROFMAT-UEMA, pela dedicação e pelos valiosos ensinamentos. Em especial, ao coordenador Sergio Noletto Turibus, à minha orientadora, Prof.^a Dra. Waléria de Jesus Barbosa Soares, e ao coorientador, Dr. Carlos André Bogéa Pereira, pelas significativas contribuições para a realização deste trabalho.

Aos colegas do PROFMAT, com quem compartilhei desafios, conquistas e aprendizados, formando laços de amizade e companheirismo, em especial a Diego Gadelha, Jocimar Fontinele e Taís Elói.

À Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), pela coordenação deste importante programa de mestrado.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pela oportunidade e pelo suporte institucional, bem como a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu não desanimasse, oferecendo incentivo, motivação e apoio ao longo desta jornada.

A todos, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Esta dissertação investiga a nomeação de indivíduos como uma prática cultural complexa, influenciada por dimensões históricas, sociais, religiosas e midiáticas no contexto brasileiro. A partir da base de dados “Nomes no Brasil”, disponibilizada pelo IBGE, realizou-se uma análise estatística de larga escala sobre a evolução dos nomes pessoais ao longo de quase um século, considerando recortes temporais e regionais. O estudo articula abordagens qualitativas da Onomástica com métodos quantitativos da ciência de dados e da história digital, visando identificar padrões de popularidade, difusão geográfica e correlações entre eventos socioculturais e escolhas de nomes. Além de contribuir para o avanço metodológico das humanidades digitais, a pesquisa propõe aplicações pedagógicas no ensino de Estatística, utilizando dados reais como recurso didático para o desenvolvimento do letramento estatístico. Dessa forma, busca-se compreender a dinâmica sociocultural dos nomes no Brasil e sua potencialidade na construção de práticas educacionais contextualizadas.

Palavras-chave: Antroponímia; Ensino de Estatística; IBGE.

ABSTRACT

This dissertation investigates the naming of individuals as a complex cultural practice, influenced by historical, social, religious, and media dimensions within the Brazilian context. Based on the dataset “Names in Brazil,” provided by the IBGE, a large-scale statistical analysis was conducted on the evolution of personal names over nearly a century, considering temporal and regional perspectives. The study combines qualitative approaches from Onomastics with quantitative methods from data science and digital history, aiming to identify patterns of popularity, geographic diffusion, and correlations between sociocultural events and naming choices. In addition to contributing to the methodological advancement of digital humanities, the research proposes pedagogical applications in the teaching of Statistics, using real data as a didactic resource for the development of statistical literacy. Thus, it seeks to understand the sociocultural dynamics of names in Brazil and their potential in the construction of contextualized educational practices.

Keywords: Anthroponymy; Statistics Education; IBGE.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação

PROFMAT – Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

PPGLLIT/UFNT – Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da frequência absoluta dos principais nomes masculinos e femininos no Brasil, por década (1940–2019)	41
Gráfico 2 – Distribuição temporal da frequência dos nomes Neide, Valdirene e Maicon no Brasil (1940–2019).....	42
Gráfico 3 – Evolução da frequência absoluta dos três nomes mais comuns no Brasil por década (1940–2019).....	45
Gráfico 4 – Pico de Popularidade do Nome Orlando e a Influência do Cantor Orlando Silva (1940–2019).....	47
Gráfico 5 – Pico de Popularidade do Nome Edna (1940–2019).....	48
Gráfico 6 – Pico de Popularidade do Nome Rivelino e a Influência do Jogador Rivellino (1950–2019).....	49
Gráfico 7 – Pico de Popularidade do Nome Romário e a Influência do Jogador Romário (1950–2019).....	50
Gráfico 8 – Pico de Popularidade do Nome Enzo (1940–2019).....	51
Gráfico 9 – O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Maria nos estados brasileiros.....	53
Gráfico 10 – O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome José nos estados brasileiros.....	54
Gráfico 11 – O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Miguel nos estados brasileiros.....	56
Gráfico 12 – O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Helena nos estados brasileiros.....	57
Gráfico 13 – Ciclos recentes de popularidade de nomes masculinos e femininos no Brasil (1940–2019).....	61

LISTA DE DE QUADROS

Quadro 01 – Trabalhos relacionados ao tema da dissertação.....	15
Quadro 02 – Os 10 nomes mais registrados no Brasil de 1940 a 2022.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tese de Letícia Santos Rodrigues.....	16
Tabela 2 – Coletânea organizada por: Juliana Soledade e Natival Almeida Simões Neto.....	17
Tabela 3 – Artigo de Patricia de Jesus Carvalhinhos.....	20
Tabela 4 – Artigo de Márcia Sipavicius Seide.....	20
Tabela 5 – Distribuição do nome Maria em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais.....	54
Tabela 6 – Distribuição do nome José em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais.....	54
Tabela 7 – Distribuição do nome José em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais.....	56
Tabela 8 – Distribuição do nome Helena em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ANTROPONÍMIA EM OUTRAS PESQUISAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	14
3. ANTROPONÍMIA EM NOSSA PESQUISA: percursos metodológicos.....	21
4. ANTROPONÍMIA, CURRÍCULO E ENSINO DE ESTATÍSTICA: construção de um referencial teórico	23
4.1 CURRÍCULO DE MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE ESTATÍSTICA: O QUE ENSINAR	23
4.2 A ANTROPONÍMIA E SEU PAPEL NA ESTATÍSTICA: como aprender	26
5. ESTATÍSTICA APLICADA À ANÁLISE SOCIOCULTURAL DOS NOMES	29
5.1 FUNDAMENTOS DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA E INFERENCIAL.....	29
5.2 SÉRIES TEMPORAIS, PADRÕES E TENDÊNCIAS DE NOMEAÇÃO NO BRASIL	31
5.3 APLICAÇÕES DA ESTATÍSTICA EM ESTUDOS SOCIOCULTURAIS.....	34
6. PANORAMA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS NOMES NO BRASIL: possibilidades para o ensino.....	37
6.1 RELAÇÕES ENTRE FATORES SOCIOCULTURAIS, HISTÓRICOS E DEMOGRÁFICOS.....	38
6.2 DIFERENÇAS POR GÊNERO, DÉCADA E FAIXAS ETÁRIAS	39
6.2.1 DIFERENÇAS POR GÊNERO.....	39
6.2.2 DIFERENÇAS POR DÉCADA E FAIXAS ETÁRIAS	41
6.3 TENDÊNCIAS TEMPORAIS, PICOS DE POPULARIDADE E PADRÕES REGIONAIS	44
6.3.1 COMPORTAMENTO TEMPORAL E PICOS DE POPULARIDADE	45
6.3.2 PADRÕES REGIONAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES NO BRASIL	51
6.4 CICLOS DE POPULARIDADE E PERMANÊNCIA DOS NOMES NA CULTURA BRASILEIRA	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES	66

1. INTRODUÇÃO

A nomeação de indivíduos é uma prática cultural complexa, permeada por dimensões históricas, sociais, religiosos e midiáticos. No cenário brasileiro, as variações na escolha de nomes ao longo das décadas revelam transformações significativas na sociedade, indicando movimentos de identidade, influência estrangeira, regionalismos e a evolução de valores coletivos.

Podemos mensurar as dimensões destas transformações por meio das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que disponibilizou, em 2016, uma base de dados pública intitulada “Nomes no Brasil”, que fornece informações sobre a frequência e a distribuição de nomes em diferentes regiões do Brasil. Esse conjunto de dados constitui uma valiosa fonte de informações para análises estatísticas sobre a evolução dos nomes pessoais e as influências que moldam essas escolhas ao longo de décadas.

A escolha de um nome pessoal é um dos primeiros e mais significativos atos culturais de uma família ou comunidade. Muito mais do que um mero identificador, o nome carrega em si um complexo sistema de valores, expectativas, tradições e influências do contexto histórico e social em que é atribuído. No Brasil, um país de dimensões continentais e de formação populacional plural, o estudo onomástico (o estudo dos nomes próprios) oferece uma janela privilegiada para compreender a própria identidade nacional em suas múltiplas facetas.

A Onomástica, embora seja um campo consolidado na Linguística e na História, frequentemente carece, no contexto brasileiro, de abordagens que integrem a análise qualitativa tradicional com ferramentas quantitativas robustas. Esta pesquisa apresenta relevância acadêmica ao preencher essa lacuna, propondo uma análise estatística em larga escala de dados de registros civis. Enquanto estudos anteriores frequentemente se limitam a análises etimológicas ou a estudos de caso regionais, esta dissertação utilizará métodos da ciência de dados e da história digital para mapear, visualizar e interpretar macro-tendências ao longo de quase um século. Isso permitirá identificar padrões de difusão geográfica, picos de popularidade de nomes específicos e correlações estatísticas entre eventos históricos (como novelas, movimentos migratórios ou transformações políticas) e a nomeação de indivíduos, contribuindo para o avanço metodológico das humanidades digitais no país.

A história dos nomes no Brasil é um reflexo direto de sua história social. A predominância de nomes de santos católicos (Maria, José, João) nos registros dos séculos XIX e início do XX ilustra o profundo enraizamento da Igreja Católica na cultura colonial e

imperial. A partir do século XX, com a popularização de novas formas de mídias possibilitou a inserção de um novo repertório de nomes. Analisar estatisticamente essas transições (do religioso para o midiático, do tradicional para o inovador) permite quantificar e visualizar a velocidade e a abrangência dessas mudanças culturais, oferecendo um novo parâmetro para se estudar a modernização e a globalização da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o nosso objetivo geral é analisar estatisticamente a evolução dos nomes pessoais no Brasil, investigando tendências temporais, influências socioculturais e possibilidades de aplicação pedagógica no ensino de Estatística. Para alcançá-lo, tomamos como objetivos específicos: Coletar dados históricos de nomes próprios registrados no Brasil, utilizando a base de dados do IBGE, com recortes temporais e regionais, identificar os nomes mais frequentes por década e região, analisando sua distribuição geográfica e temporal por meio de estatísticas descritivas, investigar a influência de fatores culturais, religiosos e midiáticos na escolha dos nomes, interpretar gráficos, séries temporais e distribuições regionais dos nomes, incentivando o desenvolvimento de competências analíticas e o pensamento crítico entre estudantes do ensino médio, relacionar a dinâmica dos nomes próprios às práticas pedagógicas, propondo maneiras de utilizar esses dados em atividades de ensino de estatística e de leitura de fenômenos socioculturais, promover a compreensão do fenômeno da nomeação como um recurso didático que permite conectar conteúdos matemáticos, históricos e socioculturais ao cotidiano dos alunos.

Portanto, a dissertação justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a relação entre nomes pessoais e suas dimensões históricas, culturais e sociais no Brasil, por meio de dado coletado do Censo Demográfico, utilizando uma metodologia quali-quantitativa que traz rigor científico e inovação à análise desse tema, muitas vezes tratado de forma mais descritiva, e assim pensar em como essas informações podem chegar à sala de aula de matemática do ensino médio.

Entendemos a estatística como unidade temática mais adequada para o ensino, pois levar o Censo Demográfico para essas aulas transforma números abstratos em realidade social, permitindo que os alunos desenvolvam o letramento estatístico a partir de dados concretos do seu próprio país ou localidade. Ressaltamos que, nesta pesquisa, entendemos o letramento estatístico como “a capacidade de interpretar e avaliar criticamente informações estatísticas, argumentos relacionados a dados ou fenômenos estocásticos” (Gal, 2002, p. 2-3).

Desta forma, a dissertação foi estruturada nos seguintes capítulos: No capítulo 2 – Antroponímia em outras pesquisas: uma revisão de literatura, apresenta-se um panorama dos estudos já realizados sobre nomes próprios, contemplando diferentes perspectivas teóricas e

metodológicas. O capítulo nos mostra como a antroponímia tem sido abordada em distintas áreas do conhecimento, como Linguística, Sociologia e História. Além disso, discute convergências e divergências entre autores, contribuindo para a delimitação do campo investigado. Por fim, identifica lacunas que fundamentam a relevância desta pesquisa.

O capítulo 3 – Antroponímia em nossa pesquisa: percursos metodológicos descreve os procedimentos que orientam a investigação, explicitando sua natureza e abordagem. São apresentados os critérios de seleção dos dados, bem como as técnicas utilizadas para sua organização e análise. O capítulo também justifica as escolhas metodológicas à luz dos objetivos propostos. Dessa forma, assegura-se a consistência e a validade dos resultados obtidos.

No capítulo 4 – Antroponímia, currículo e ensino de estatística: construção de um referencial teórico, desenvolve-se a base conceitual que articula os campos da antroponímia e da Educação Matemática. O capítulo discute o papel do currículo na organização do ensino de estatística, considerando orientações oficiais e debates contemporâneos. Também problematiza o uso de dados reais, como os nomes próprios, no processo de ensino-aprendizagem. Assim, estabelece fundamentos para uma abordagem contextualizada e significativa da estatística.

O capítulo 5 – Estatística aplicada à análise sociocultural dos nomes apresenta os conceitos e procedimentos estatísticos que sustentam a análise dos dados da pesquisa. São discutidos elementos da estatística descritiva e inferencial, com foco em sua aplicabilidade ao estudo dos nomes. O capítulo também explora padrões, tendências e relações presentes nos dados, evidenciando seu potencial interpretativo. Dessa forma, demonstra como a estatística pode contribuir para a compreensão de fenômenos socioculturais.

O capítulo 6 – Panorama geral da evolução dos nomes no Brasil: possibilidades para o ensino, analisa os resultados obtidos à luz das discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas anteriormente. O capítulo explica como fatores históricos, sociais e culturais influenciam a escolha e a permanência dos nomes ao longo do tempo. Além disso, apresenta tendências e padrões que emergem dos dados analisados. Por fim, discute possibilidades de utilização desses resultados no ensino de estatística, favorecendo práticas pedagógicas contextualizadas.

2. ANTROPONÍMIA EM OUTRAS PESQUISAS: uma revisão de literatura

Para a elaboração desta revisão de literatura, buscou-se um diálogo com autores fundamentais que, em trabalhos anteriores, dedicaram-se a investigar temas correlatos à temática central desta dissertação. O objetivo foi mapear e sintetizar as contribuições preexistentes, identificando tanto os consensos quanto as lacunas no campo de estudo. Na seleção das obras priorizou-se aquelas que oferecem perspectivas mais pertinentes para a análise dos dados e que permitem traçar um panorama consistente para o pleno desenvolvimento do tema, **Análise Estatística da Evolução dos Nomes Pessoais no Brasil: Tendências temporais, Influências socioculturais e Aplicações no Ensino de Estatística.**

Dessa forma, a revisão aqui realizada serve como um pilar essencial para a argumentação desenvolvida ao longo dos capítulos subsequentes.

No quadro 1 estão listados quatro trabalhos pertinentes ao tema supracitado, são eles: uma tese, uma coletânea com 14 capítulos e dois artigos.

Quadro 01 – Trabalhos relacionados ao tema da dissertação

Título do trabalho	Autor (a)	Programa e Instituição	Ano
Caminhos da Imigração: os sobrenomes que contam histórias.	Letícia Santos Rodrigues	Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.	2024
Nomes Próprios abordagens linguísticas.	Juliana Soledade e Natival Almeida Simões Neto (Organizadores)	Coletânea voltada para a Onomástica, área da Linguística que investiga os nomes próprios de pessoas ou de lugares. Esta obra é composta por 14 textos, de pesquisadores de oito universidades brasileiras. Universidade Federal da Bahia	2021
		Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (UFU)	

As Origens dos Nomes de Pessoas	Patricia de Jesus Carvalhinhos	<i>DOMÍNIOS DE LINGU@GEM</i> Revista Eletrônica de Linguística ISSN 1980-5799 . Universidade Federal de Uberlândia.	2007
Motivações Contemporâneas para a escolha do antropônimo.	Márcia Sipavicius Seide	EntreLetras (Araguaína) é um periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/UFNT).	2013

Tabela 1 – Tese de Letícia Santos Rodrigues

Título da Tese	Caminhos da Imigração: os sobrenomes que contam histórias.
Autor	Letícia Santos Rodrigues
Instituição	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
Programa de mestrado	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA
Ano de defesa	2024
Resenha	

O texto apresenta a Onomástica como a ciência linguística que estuda os nomes próprios, com foco na Antroponímia, especialmente nos sobrenomes da tradição portuguesa, que compõem o nome civil completo no Brasil. A partir do grande fluxo imigratório português iniciado em 1808, o estudo utiliza corpora históricos, como registros de imigrantes e listas universitárias, para reunir e analisar sobrenomes portugueses em uso no Brasil. O resultado é um dicionário onomástico etimológico que aprofunda conceitos de Léxico,

Etimologia, Filologia, Linguística Cognitiva e Histórica, contribuindo para a produção lexicográfica no português em um campo ainda pouco explorado.

Tabela 2 – Coletânea organizada por: Juliana Soledade e Natival Almeida Simões Neto

Título da Coletânea	Nomes Próprios abordagens linguísticas.
Autor	Juliana Soledade e Natival Almeida Simões Neto
Instituição	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Publicação	2021

Resenha

Coletânea voltada para a Onomástica, área da Linguística que investiga os nomes próprios de pessoas ou de lugares. Esta obra é composta por 14 textos, de pesquisadores de oito universidades brasileiras. Para uma pesquisa dedicada à análise estatística da evolução dos nomes no Brasil, os dez primeiros capítulos oferecem perspectivas que combinam fundamentos teóricos, metodológicos e socioculturais diretamente aplicáveis ao tema.

Capítulo 1 – Antropônimos, uso e cognição (Juliana Soledade).

O texto enfatiza como os nomes próprios funcionam cognitivamente na mente humana, articulando achados de psicologia, linguística e neurociência. Ao aplicar o quadro da linguística cognitiva e da morfologia construcional, a autora mostra que os processos que organizam os nomes comuns também regem os nomes próprios. Para estudos estatísticos, esse capítulo fornece um respaldo teórico sobre a representação mental dos nomes, útil para interpretar padrões de escolha e permanência.

Capítulo 2 – Nomes de velhos, nomes de jovens (Natal Almeida Simões Neto).

Fundamental para a dissertação, esse estudo associa faixa etária e frequência de nomes a partir de dados de obituários. A categorização em “em uso, em desuso e em tendência de desuso” contribui para a análise de mudanças temporais e geração de protótipos culturais. O

capítulo oferece uma metodologia estatisticamente relevante para mapear tendências de substituição de nomes ao longo das décadas.

Capítulo 3 – Antroponímia brasileira e neologia (Letícia Santos Rodrigues e Mário Eduardo Viaro).

Os autores defendem que parte da criatividade onomástica brasileira deriva do modelo bitemático germânico herdado de Portugal. Esse dado histórico-etimológico é útil para compreender linhas de continuidade e transformação nos padrões de criação de nomes, permitindo distinguir entre inovações estruturais e permanências herdadas.

Capítulo 4 – O cruzamento vocabular na formação de nomes de batismo (Vitória Benfica da Silva e Carlos Alexandre Gonçalves).

Analisa o fenômeno dos blends (junção de nomes) na antroponímia brasileira, prática de alta produtividade e inovação. Para estudos estatísticos, mostra um **mecanismo de diversificação** onomástica em contextos sociais recentes, sinalizando como o repertório pode ser ampliado pela criatividade lexical.

Capítulo 5 – A formação de nomes compostos com o prenome Maria (Yasmim Conceição Borges e Antonia Vieira dos Santos).

Mostra padrões recorrentes na composição com “Maria”, revelando o peso da tradição religiosa e cultural na persistência de certos nomes compostos. É relevante para identificar núcleos de estabilidade (Maria como prenome fixo) e variações secundárias (segundo elemento), dados que enriquecem análises de frequência e permanência estatística.

Capítulo 6 – A transparência semântica dos prenomes de origem na cosmogonia e entes da natureza (Victoria Regina Italiano Alves).

Investiga a migração de palavras do léxico comum para o onomástico, classificando os campos semânticos mais produtivos (natureza, astros, pedras preciosas etc.). Para a dissertação, contribui para compreender categorias semânticas preferenciais e possíveis ondas de popularização relacionadas a valores culturais e modas sociais.

Capítulo 7 – A influência dos quadrinhos na escolha de nomes no Brasil (Matheus Calci Ferreira Gomes).

Evidencia a influência da cultura de massa, sobretudo quadrinhos e suas adaptações, na introdução de nomes estrangeiros ou criados artisticamente. Esse dado permite relacionar picos de popularidade a fenômenos midiáticos, útil na interpretação de séries estatísticas em paralelo com a história da mídia.

Capítulo 8 – Aspectos culturais da motivação na escolha de nomes (Juliana Soledade e Ivani Coutinho).

Analisa depoimentos de usuários em redes sociais, identificando principais motivações: homenagens familiares, influência da mídia, expressões artísticas e religião. Esse capítulo fornece uma tipologia de motivações culturais que podem explicar variações estatísticas nos registros civis, funcionando como suporte interpretativo para os dados quantitativos.

Capítulo 9 – Os nomes próprios no *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (1562-1563) (Mário Eduardo Viaro).

Ainda que mais voltado à linguística histórica, o capítulo destaca a presença marginal, mas significativa, dos antropônimos na primeira obra lexicográfica da língua portuguesa. Para a dissertação, oferece contexto diacrônico e evidencia como certas práticas de nomeação remontam a registros antigos, permitindo comparações entre padrões históricos e atuais.

Capítulo 10 – A combinação do artigo definido com antropônimo no português brasileiro (Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro).

Com base em cartas pessoais do século XX, analisa a variação no uso do artigo definido diante de nomes próprios. Embora o foco seja sintático, o capítulo mostra como usos linguísticos associados aos nomes carregam marcas socioculturais e regionais. Isso reforça a importância de considerar não só a frequência dos nomes, mas também as práticas discursivas que os acompanham.

Tabela 3 – Artigo de Patricia de Jesus Carvalhinhos

Título do Artigo	As Origens dos Nomes de Pessoas
Autor	Patricia de Jesus Carvalhinhos
Instituição	Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Publicação	2007

Resenha

O artigo ressalta que os nomes pessoais funcionam como fragmentos de memória coletiva, registrando motivos variados, como os políticos, religiosos e sociais. Um exemplo emblemático são os nomes ligados à tradição católica, que proliferaram após o advento do cristianismo, integrando homenagens a santos e personagens históricos. O estudo das origens dos nomes portugueses, influenciados por uma complexa confluência de povos, tais como romanos, fenícios, gregos, germânicos e árabes, evidencia o caráter dinâmico e multifacetado da formação onomástica.

Dessa forma, uma abordagem onomástica permite detectar como os nomes pessoais incorporam fatos socioculturais e históricos, permitindo um resgate da memória simbólica e coletiva que pode ser explorada por análises estatísticas de tendências temporais. A compreensão dessas influências é essencial para analisar a evolução dos nomes no Brasil, um país cuja formação cultural é marcada por múltiplas influências e transformações ao longo do tempo.

Assim, as origens dos nomes próprios revelam muito mais do que identidades individuais, elas são um espelho das interações sociais, identitárias e culturais, proporcionando um estudo aprofundado das dinâmicas históricas por meio da linguagem e da Onomástica.

Tabela 4 – Artigo de Márcia Sipavicius Seide

Título do Artigo	Motivações Contemporâneas para a escolha do antropônimo.
Autor	Márcia Sipavicius Seide

Instituição Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Publicação 2013

Resenha

O estudo das motivações na escolha dos nomes próprios, objeto da Antroponomástica, tem despertado interesse crescente na compreensão das tendências socioculturais que influenciam a formação da identidade individual e coletiva. A autora destaca a importância de distinguir entre o significado etimológico do nome e as motivações reais que levam à sua escolha, o que amplia as perspectivas de análise além da simples origem linguística dos antropônimos.

Baseando-se em uma revisão crítica da tipologia de motivações proposta por Guérios (1981), Seide ajusta essa classificação a partir da análise de relatos de formandos brasileiros e compara seus resultados com pesquisas nacionais e internacionais, demonstrando que novos fatores atuais são incorporados na escolha do nome. Entre essas motivações contemporâneas destacam-se influências da internet, anúncios de nascimento e o impacto de nomes comerciais, aparências constatadas também em contextos fora do Brasil, como na Suécia e no México.

Essa abordagem é fundamental para estudos estatísticos da evolução dos nomes no Brasil, pois permite que as análises de tendências temporais incorporem variações socioculturais, dinâmicas e contextuais, como o impacto da globalização, das mídias digitais e das práticas culturais contemporâneas. Assim, os estudos quantitativos se beneficiam da compreensão das motivações que fomentam a diversificação e a popularização de determinados nomes, auxiliando na construção de modelos explicativos mais completos e contextualizados.

3. ANTROPONÍMIA EM NOSSA PESQUISA: percursos metodológicos

O presente trabalho propõe-se a investigar, por meio de métodos estatísticos, a dinâmica de evolução dos nomes próprios no Brasil, com foco em tendências temporais, regionais e culturais, e como esses resultados podem ser aplicados em aulas de estatística no ensino médio.

A metodologia de pesquisa adotada foi a quali-quantitativa que combina técnicas qualitativas e quantitativas em um único estudo para obter uma compreensão mais completa do fenômeno estudado.

Por isso, buscamos compreender também como fatores externos como globalização, televisão, música e religião influenciam a popularização de determinados nomes, bem como analisar as diferenças de escolha entre gêneros e regiões brasileiras.

Logo, do ponto de vista qualitativo temos a necessidade de compreender a pesquisa como um “caminho aberto, feito e refeito no decorrer do trajeto investigativo” (Minayo, 2015, p. 23), e do ponto de vista quantitativo, entendemos que “os números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas” (Sampieri; Collado; Lucio, 2023, p. 31). A abordagem quali-quantitativa adotada buscou equilibrar rigor matemático e sensibilidade sociocultural, situando a pesquisa no campo da matemática aplicada com implicações interdisciplinares para o ensino de estatística.

Assim, utilizamos técnicas de coleta de dados da estatística descritiva, inferencial e modelagem de séries temporais na pretensão de oferecer uma visão abrangente sobre como os nomes refletem as transformações sociais do país ao longo do tempo. Segundo Creswell (2020, p. 210), “a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos”.

Utilizamos o Censo como fonte de coleta de dados e compreendemos que as informações quantitativas extraídas de fontes como registros censitários devem ser cuidadosamente considerados para responder às questões de pesquisa (Atlas, 2024). Para tanto, o uso de dados estatísticos do censo, para contextualizar descobertas qualitativas durante a análise, promove uma interação dinâmica entre as fontes de dados utilizadas. (OENB, 2024).

Para o tratamento dos dados, utilizamos a “triangulação de dados” (Minayo, 2014), em que os dados quantitativos, processados via estatística descritiva (Gil, 2008), serão confrontados com a análise de conteúdo (Bardin, 2011) das categorias de análise

identificadas, visando explicar os resultados obtidos no Censo à luz das percepções da escolha de nomes.

O caminho percorrido envolveu as seguintes etapas

Para realização deste trabalho utilizou-se como principal fonte de pesquisa os microdados do Censo Demográfico de 2022, disponibilizado pelo IBGE.

Concentramo-nos na extração e comparação da frequência absoluta e relativa dos cinco nomes com maior número de registros no Brasil para criação das categorias de análise.

A análise foi feita primeiramente em nível nacional e a segunda análise realizamos em um comparativo entre as cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), além de dar destaque a alguns estados com um percentual mais notável.

Para fazer a interpretação dos dados buscou-se identificar padrões de dominância nacional, variações regionais e correlacioná-los a influências culturais, históricas e tendência contemporâneas.

Após essas etapas, criamos quatro sequências didáticas para levar esses resultados junto ao ensino de estatística no ensino médio, relacionando-os com habilidades previstas na BNCC do ensino médio.

4. ANTROPONÍMIA, CURRÍCULO E ENSINO DE ESTATÍSTICA: construção de um referencial teórico

4.1 Currículo de matemática no ensino médio e o ensino de estatística: o que ensinar

O currículo de Matemática no Ensino Médio brasileiro é orientado pela Base Nacional Comum Curricular, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à formação dos estudantes. Nesse contexto, a área de Matemática e suas Tecnologias amplia a perspectiva construída no Ensino Fundamental, deslocando o foco da simples resolução de problemas para a formulação de questões, interpretação de dados, escolha de modelos matemáticos e desenvolvimento do pensamento computacional. Tal orientação evidencia a necessidade de um ensino que articule conceitos, procedimentos e estratégias, favorecendo a compreensão crítica e a aplicação do conhecimento em diferentes situações.

A proposta curricular da BNCC também destaca a continuidade das aprendizagens matemáticas, reforçando que o Ensino Médio deve consolidar e expandir conhecimentos previamente adquiridos. Para além do domínio de operações e técnicas, espera-se que o estudante desenvolva pensamento crítico, capacidade investigativa e autonomia na resolução de problemas em contextos variados, incluindo situações sociais, científicas e tecnológicas.

Nesse sentido, a compreensão das orientações curriculares que fundamentam o ensino de Matemática no Ensino Médio torna-se essencial, destacando-se as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular como referência para a definição dos conteúdos, competências e práticas pedagógicas, especialmente no que se refere ao ensino de Estatística.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio:

A área de Matemática, no Ensino Fundamental, centra-se no desenvolvimento da compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos, visando à resolução de situações-problema. No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem utilizar conceitos, procedimentos e estratégias não apenas para resolver problemas, mas também para formulá-los, descrever dados, selecionar modelos matemáticos e desenvolver o pensamento computacional, por meio da utilização de diferentes recursos da área. (Brasil, 2018, p. 518).

A proposta da BNCC, estabelece uma ligação entre as habilidades matemáticas adquiridas no Ensino Fundamental e as que devem ser desenvolvidas no decorrer do Ensino Médio. Além de dominar operações básicas, no Ensino Médio, o estudante deve ampliar e consolidar as aprendizagens desenvolvidas, promover o pensamento crítico e a capacidade de

resolver problemas em diferentes contextos. Portanto a base propõe uma abordagem que valoriza a compreensão conceitual e o uso significativo da Matemática em situações do cotidiano, na ciência e na tecnologia.

Nessa perspectiva, a Matemática deve ser entendida como uma linguagem que permite aos alunos compreenderem e interagir no mundo, desenvolver a autonomia intelectual e tomar decisões fundamentadas. Para compor um leque de conteúdos que favoreça uma aprendizagem consistente, o documento orienta que o ensino esteja organizado em torno de cinco unidades temáticas: Números e Álgebra, Geometria e Medidas, Grandezas e Proporcionalidade, Probabilidade e Estatística, e Funções, favorecendo a conexão entre os conteúdos e a aplicação dos conceitos no mundo real.

Além disso, a BNCC enfatiza a importância da Matemática na formação completa do aluno, promovendo o aprimoramento de habilidades ligadas à argumentação, à modelagem e à análise de dados. Dessa forma, o ensino deixa de ser focado exclusivamente na execução de tarefas mecanizadas e começa a valorizar a compreensão, a comunicação matemática e a resolução de problemas concretos, fomentando uma aprendizagem mais relevante no contexto social.

Essa proposta visa preparar o estudante não apenas para a continuidade dos estudos, como também, para a vida cidadã e para o mundo do trabalho, reconhecendo a Matemática como um instrumento essencial para a leitura crítica da realidade e a participação ativa na sociedade contemporânea.

No que se refere aos conteúdos estatísticos a serem desenvolvidos no Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, consolidou a Estatística como um eixo essencial da área de Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação cidadã dos estudantes. De acordo com o documento, o ensino de Estatística deve favorecer a leitura, a interpretação e a produção de informações a partir de dados, possibilitando que o aluno compreenda fenômenos sociais, científicos e econômicos de maneira crítica e contextualizada (Brasil, 2018). Tal orientação evidencia que o ensino da Estatística no Ensino Médio deve ultrapassar a abordagem meramente procedimental, valorizando a compreensão conceitual e o desenvolvimento do pensamento estatístico.

Desse modo, a organização curricular da Estatística demanda a articulação entre diferentes dimensões do conhecimento. No plano conceitual, destacam-se conteúdos como população e amostra, tipos de variáveis, distribuição de frequências, representações gráficas, medidas de tendência central e medidas de dispersão, além de noções introdutórias de

probabilidade e inferência estatística. No âmbito procedimental, ressaltam-se o planejamento e a execução de investigações estatísticas, a utilização de tecnologias digitais para o tratamento de dados e a comunicação de resultados por meio de relatórios e representações gráficas. Já no plano formativo, enfatiza-se o desenvolvimento da capacidade de interpretação crítica das informações, da argumentação baseada em dados e da tomada de decisões fundamentadas, aspectos essenciais para o letramento estatístico.

Ressaltamos também que a BNCC consagra o letramento estatístico como uma competência indispensável à compreensão do mundo contemporâneo, marcado pela abundância de informações e pela necessidade de decisões baseadas em evidências.

A proposta curricular da BNCC busca articular a Estatística a situações reais e ainda enfatiza que:

Para o desenvolvimento de habilidades relativas à Estatística, os estudantes têm oportunidades não apenas de interpretar estatísticas divulgadas pela mídia, mas, sobretudo, de planejar e executar pesquisa amostral, interpretando as medidas de tendência central, e de comunicar os resultados obtidos por meio de relatórios, incluindo representações gráficas adequadas. (Brasil, 2018, p. 518).

Diante do exposto, fica patente que o objetivo da BNCC visa desenvolver no estudante, habilidades estatísticas que vão além de interpretar dados preexistentes, ou seja, busca desenvolver no cidadão uma formação plena, capaz de coordenar e executar seus próprios levantamentos estatísticos, utilizando conhecimentos sobre medidas de tendência central, medidas de dispersão, tabelas de frequências e comunicação dos resultados. Assim, o ensino da Estatística deve promover não apenas habilidades técnicas, assim como o desenvolvimento da capacidade de argumentação e tomada de decisão responsável.

A literatura brasileira em Educação Estatística converge com essas orientações ao destacar a importância da contextualização e do ciclo investigativo na aprendizagem. Lopes (2008, p. 61) ressalta que “é importante que se possibilite aos alunos o confronto com problemas variados do mundo real e que tenham possibilidades de escolherem suas próprias estratégias para solucioná-los”, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que aproximem os conteúdos estatísticos de situações reais. De modo semelhante, Cazorla e Santana (2010) defendem que o ensino deve possibilitar ao estudante compreender o papel social dos dados, favorecendo o desenvolvimento de competências interpretativas e críticas. Campos, Wodewotzki e Jacobini (2011) complementam essa perspectiva ao afirmar que a organização curricular da Estatística deve priorizar a articulação entre conceitos e contextos

socialmente relevantes, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual.

Nesse sentido, a definição do que ensinar em Estatística no Ensino Médio implica compreender a disciplina como um campo de investigação orientado por dados e como instrumento para a compreensão de fenômenos sociais, científicos e culturais. A integração entre conteúdos estatísticos, práticas investigativas e análise crítica das informações sustenta uma abordagem pedagógica que favorece aprendizagens significativas e amplia o potencial da Estatística como ferramenta de leitura e interpretação da realidade contemporânea.

No contexto desta pesquisa, que analisa a evolução dos nomes pessoais no Brasil, tais pressupostos revelam-se especialmente pertinentes. A utilização de dados relacionados aos registros de nomes próprios possibilita explorar tendências temporais, padrões regionais e influências socioculturais, configurando-se como contexto autêntico de investigação estatística. Assim, a investigação estatística dos nomes pessoais constitui estratégia didática alinhada às orientações curriculares e aos fundamentos da Educação Estatística, evidenciando o potencial do tema para promover aprendizagens contextualizadas, interdisciplinares e socialmente relevantes.

4.2 A ANTROPONÍMIA E SEU PAPEL NA ESTATÍSTICA: como aprender

A antroponímia é um ramo da onomástica que se dedica ao estudo dos nomes próprios de pessoa (antropônimos), investigando sua origem, evolução, significados e usos sociais (Carvalhinhos, 2007). O termo tem origem grega, derivado de *ánthropos* (“homem”, “ser humano”) e *ónoma* (“nome”), indicando desde sua etimologia o objeto central dessa disciplina Nascentes (1966).

Historicamente, o uso de nomes próprios acompanha a organização das sociedades humanas. Nas civilizações antigas, como a grega e a romana, os nomes possuíam funções múltiplas, associadas à linhagem, ao status social e, em muitos casos, a características pessoais ou expectativas sociais (Carvalhinhos, 2007). Durante a Idade Média, a difusão do cristianismo favoreceu a popularização de nomes bíblicos e de santos, muitos dos quais permanecem recorrentes até os dias atuais (Dick, 1990). No contexto brasileiro, a formação antroponímica revela a diversidade cultural marcada pela presença indígena, africana, portuguesa e, posteriormente, de imigrantes europeus e asiáticos. Essa pluralidade resultou em um sistema de nomes que combina heranças distintas, adaptadas às práticas sociais.

No campo do ensino, a antroponímia pode ser estudada tanto no campo teórico, voltado à linguística e à história, quanto em áreas aplicadas, como o direito civil, na regulação dos registros de nomes, e na sociologia, no estudo das tendências e modismos na escolha de prenomes (Amaral e Seide 2020) e, ainda, na matemática, principalmente no trato da estatística. Dessa forma, mais do que um marcador de identidade, o nome próprio pode ser compreendido matematicamente como portador de memória cultural e social.

A antroponímia é percebida então como uma ciência interdisciplinar que abrange áreas de conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia e os estudos culturais, uma vez que o ato de nomear pessoas não representa apenas uma forma de identificação, mas também um símbolo social, impregnado de significados e valores compartilhados pela coletividade.

Segundo Carvalhinhos (2007), o nome não é uma simples etiqueta designativa, mas um signo que carrega consigo uma história e um conjunto de valores simbólicos, culturais e afetivos. Desse modo, cada nome traduz a inserção do indivíduo em um determinado contexto histórico e social, refletindo práticas culturais, tradições familiares e dinâmicas de poder. O estudo antroponímico, portanto, possibilita compreender como os processos de nomeação expressam identidades e pertencimentos coletivos, revelando as tensões entre o individual e o social, o local e o global, a tradição e a modernidade.

Para Dick (1990), a escolha dos nomes próprios reflete as circunstâncias de uma época e as relações socioculturais de um povo, evidenciando que a antroponímia é também um instrumento de leitura da história social. Portanto, pode-se levar para a sala de aula a percepção de que ao longo do tempo, os padrões de nomeação modificam-se conforme transformações políticas, religiosas, econômicas e comunicacionais, tornando os nomes verdadeiros marcadores temporais e sociológicos. No caso brasileiro, essas mudanças são particularmente significativas, dada a diversidade étnica e cultural que caracteriza a formação nacional.

Carvalhinhos (2007, p. 02) salienta que:

Hoje, em termos de motivação, os nomes próprios são mais uma questão de fê e de influência televisiva (a tendência da grande massa da população brasileira é nomear suas crianças com o nome do (a) herói/heroína da novela que está sendo exibida com grande sucesso; em homenagem a seu santo ou santa de devoção, ou em agradecimento por uma graça alcançada). Em tempos remotos, o nome próprio cumpria a função significativa, isto é, sua função semântica estava assegurada: o indivíduo não era apenas designado por seu nome, como recebia toda sua carga conotativa.

Diante do exposto, observa-se que a difusão dos meios de comunicação, a globalização e o contato intercultural vêm desempenhando papel decisivo na renovação dos repertórios antroponímicos. Além disso, podemos discutir em sala de aula que o fenômeno contemporâneo de circulação de nomes estrangeiros ou midiáticos demonstra como a sociedade atual integra referências globais à sua prática de nomeação, o que revela processos de hibridização cultural e de reestruturação simbólica das identidades pessoais.

Neste contexto, nas aulas de matemática, ao propor uma análise estatística da evolução dos nomes pessoais no Brasil, inserida na perspectiva da antroponímia sociocultural, busca-se compreender como as tendências de nomeação refletem mudanças históricas e transformações nas dinâmicas identitárias da sociedade brasileira. A investigação quantitativa dos nomes, associada à leitura qualitativa de seus contextos de uso, permite observar os movimentos da sociedade (suas modas, crenças, influências midiáticas e ideológicas) por meio da linguagem e da prática de nomear.

Assim, a antroponímia revela-se um instrumento teórico e metodológico de grande relevância para compreender o modo como os nomes próprios traduzem, simultaneamente, a história coletiva e as aspirações individuais, configurando-se como um espelho das transformações socioculturais e simbólicas que marcam a trajetória de um povo.

Destaca-se ainda para a sala de aula a reflexão de que a evolução dos nomes pessoais no Brasil reflete a própria trajetória de formação da sociedade brasileira, marcada por processos de colonização, miscigenação, migração e globalização. Desde o período colonial, a prática de nomeação esteve fortemente vinculada à tradição cristã e à influência portuguesa, evidenciando o papel da religiosidade e da herança cultural europeia na constituição do repertório antroponímico nacional (Carvalhinhos, 2007).

Nos primeiros séculos da colonização, predominavam nomes de origem bíblica e lusitana, como João, Maria, José e Ana, que refletiam tanto a devoção católica quanto a influência da Igreja sobre os registros civis e eclesiásticos. Dick (1990) observa que esses nomes carregavam valores simbólicos relacionados à fé e à moral cristã, funcionando como um mecanismo de integração cultural e social entre colonizadores e povos locais.

Mas, e hoje, o que nos dizem os dados estatísticos sobre a escolha dos nomes pessoais? A sala de aula é local de reflexão, por isso a antroponímia no ensino de matemática pode ser um campo vasto que transforma a estatística em algo identitário e cultural. É uma forma excelente de humanizar dados abstratos.

5. ESTATÍSTICA APLICADA À ANÁLISE SOCIOCULTURAL DOS NOMES

A matemática tem forte desenvolvimento após a revolução agrícola, que fixou o homem, tornando-se sedentário, provocando inúmeras mudanças sociais, exigindo uma nova relação do homem com o meio. Como diz (Freire, 2005, p. 09). [...] “foi somente após a revolução agrícola que as descobertas científicas e matemáticas tiveram um maior impulso. Esta revolução abriu o caminho não só para a criação das grandes civilizações, mas também para tudo aquilo que cerca esta construção”.

O homem, com essa mudança evolui na sua relação com a sociedade e dessa relação à medida que possuía mais elementos, surge a necessidade de numerar e administrar determinadas quantidades, favorecendo a criação de um modelo organizacional com a utilização de símbolos (números), que na época revolucionou a forma como o homem pensava a sua realidade, dando início a uma era em que os números passaram a ter uma grande relevância na vida cotidiana das pessoas.

Olhando por essa ótica percebe-se que o desenvolvimento da matemática está entrelaçado ao surgimento da Estatística que por sua vez está relacionado a resposta as necessidades práticas do homem. Dessa forma a Estatística, na antiguidade, surge para suprir as necessidades daquele momento e proporcionar ao homem uma forma de organização através da coleta de dados que posteriormente eram usados para tomar decisões mais acertadas como sociedade. Portanto o uso de dados estatísticos forma uma base indispensável para o entendimento das transformações sociais e culturais ao longo dos tempos.

A análise sociocultural, tradicionalmente ancorada em abordagens qualitativas e interpretativas, encontrou na Estatística uma aliada poderosa para ampliar seu escopo e robustez. Enquanto a etnografia e a análise do discurso buscam compreender melhor o sentido e as particularidades dos fenômenos, a Estatística oferece as ferramentas para generalizar, comparar e medir relações dentro de populações extensas. A aplicação de métodos estatísticos às questões sociais não visa substituir a profundidade qualitativa, mas sim complementá-la, fornecendo uma base empírica sólida para compreender tendências, desigualdades, valores e comportamentos coletivos (Lopes, 2008).

5.1 Fundamentos de Estatística descritiva e inferencial

Para entendermos a evolução dos nomes pessoais no Brasil, especialmente quando examinada ao longo de mais de oito décadas, exige mais do que simplesmente olhar para

listas e contagens. É preciso recorrer a ferramentas que permitam transformar grandes volumes de dados em interpretações significativas, conectando números a fenômenos sociais, culturais e históricos. Nesse contexto, a Estatística Descritiva e a Estatística Inferencial surgem como aliadas indispensáveis, oferecendo o suporte metodológico que possibilita enxergar, com maior nitidez, como a sociedade brasileira nomeia seus indivíduos e como essas escolhas se transformam no tempo.

Bracarense (2018, p. 12) afirma que:

Se um fenômeno social pode ser investigado por meio de observações empíricas, a organização delas de maneira sistemática pode ser enormemente auxiliada por metodologias estatísticas simples, conhecidas como *análise exploratória de dados* (AED). Anteriormente chamada de *estatística descritiva*, a análise adquiriu essa nova denominação em razão do desenvolvimento de novas técnicas, ditas *robustas*, que consistem em explorar os dados com o intuito de produzir informações relevantes sobre o fenômeno em estudo.

Neste sentido, a Estatística descritiva assume um papel essencial na descrição dos dados no sentido de organizar, resumir e apresentar os dados de forma compreensível. Sem esse tratamento inicial, o conjunto de informações como por exemplo milhões de registros de nomes de nascidos entre 1940 e 2022 seria praticamente ininterpretável. Por isso, medidas como frequências absolutas e relativas, moda, média e mediana ajudam a revelar padrões que, à primeira vista, poderiam passar despercebidos. A moda, por exemplo, tem grande relevância para a antroponímia, pois indica quais nomes se tornaram mais representativos de determinadas gerações.

A Estatística descritiva compõe ferramentas úteis na descrição e sumarização dos dados, mas compreender apenas o que “vemos” nos dados não é suficiente quando buscamos interpretar fenômenos socioculturais com maior profundidade. É aqui que a Estatística Inferencial se torna imprescindível. Ela possibilita ir além da descrição, permitindo testar hipóteses, fazer comparações e entender se certas tendências são fruto do acaso ou se, de fato, representam mudanças significativas na sociedade brasileira (Bracarense, 2018). A inferência estatística trabalha com conceitos como amostragem, estimadores, intervalos de confiança e testes de hipóteses, ferramentas que ajudam a avaliar, por exemplo, se a popularização de nomes estrangeiros nas últimas décadas é estatisticamente relevante, ou se determinadas regiões apresentam padrões de nomeação significativamente distintos.

Sobre Inferência Estatística, Bracarense (2018), nos relata que:

Essa análise ocupa-se de buscar explicações para um fenômeno que ocorre na grande população por meio da observação de uma pequena parte dela, chamada de *amostra*. Inferências podem então ser feitas da parte para o todo e também com base em observações do passado e do presente para o futuro. As técnicas de amostragem desenvolvidas a partir da primeira metade do século XX permitem tirar conclusões aproximadas acerca de parâmetros que descrevem um fenômeno real ocorrido na população. O exemplo das pesquisas de opinião pública, notadamente das pesquisas eleitorais, ilustra a utilização de técnicas seguras de indução. (Bracarense 2018, p.13).

Em consonância com Bracarense, podemos afirmar que a Inferência estatística configura uma ferramenta indispensável para análise sociocultural dos nomes pessoais no Brasil, uma vez que nem sempre é viável estudar toda população de nomes. Além disso, ao mencionar as técnicas de amostragem desenvolvidas ao longo do século XX, Bracarense evidencia o avanço científico que tornou essas práticas mais confiáveis. Esse exemplo ilustra como a indução estatística se consolidou como uma ferramenta rigorosa, capaz de produzir previsões baseadas em dados do passado e do presente.

Portanto, estudar uma população através de amostragem, nos possibilita, desde que usemos técnicas eficientes, uma análise segura e representativa permitindo que em determinado experimento nos aproximemos da realidade dos fatos.

5.2 Séries Temporais, Padrões e Tendências de Nomeação no Brasil

A análise de séries temporais tem um papel central na investigação de fenômenos socioculturais que se desenvolvem ao longo dos anos, pois permite compreender como determinados comportamentos se estruturam, se transformam e ganham novos sentidos em diferentes períodos históricos. De acordo com Reis (2015)

A suposição básica que norteia a análise de séries temporais é que há um sistema causal mais ou menos constante, relacionado com o tempo, que exerceu influência sobre os dados no passado e pode continuar a fazê-lo no futuro. Este sistema causal costuma atuar criando padrões não aleatórios que podem ser detectados em um gráfico da série temporal, ou mediante algum outro processo estatístico. O objetivo da análise de séries temporais é identificar padrões não aleatórios na série temporal de uma variável de interesse, e a observação deste comportamento passado pode permitir fazer previsões sobre o futuro, orientando a tomada de decisões. (REIS 2015, P. 01)

Percebe-se que esse tipo de análise possibilita a identificação de padrões sistemáticos como tendências, sazonalidades e ciclos que dificilmente seriam percebidos por meio de uma

observação pontual, mostrando, portanto, que as séries temporais podem nos ajudar a compreender o comportamento de uma variável ao longo dos tempos.

No campo da nomeação, essa perspectiva temporal torna-se indispensável, uma vez que a escolha dos nomes próprios raramente é aleatória. Para Barreiros e Seabra (2021) ela está profundamente vinculada aos valores sociais, às mudanças demográficas, às práticas religiosas e às influências midiáticas que atravessam cada geração. Assim, examinar séries históricas de nomes é, ao mesmo tempo, observar a evolução cultural do país.

Com a base de dados ampliada pelo IBGE, que disponibiliza informações desde a década de 1940 a 2022, torna-se possível visualizar a trajetória de popularidade de milhares de nomes ao longo de mais de oito décadas. Com esse conjunto de informações é possível identificarmos ascensão e declínio, períodos de estabilidade, bem como aumento repentino na popularidade de alguns nomes, geralmente associadas a eventos externos, como o lançamento de novelas, séries, ou surgimento de figuras públicas de grande impacto midiático.

O quadro abaixo apresenta o ranking dos 10 nomes mais registrados por décadas no Brasil.

Quadro 02 – Os 10 nomes mais registrados no Brasil de 1940 a 2022

Coluna1	Antes de 1940	1940/1949	1950/1959	1960/1969	1970/1979
1º	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria
2º	José	José	José	José	José
3º	Antonio	Antonio	Antonio	Antonio	Ana
4º	João	João	João	João	Antonio
5º	Francisco	Francisco	Francisco	Francisco	Francisco
6º	Ana	Ana	Ana	Ana	João
7º	Francisca	Francisca	Luiz	Paulo	Paulo
8º	Manoel	Manoel	Paulo	Carlos	Carlos
9º	Antonia	Luiz	Carlos	Luiz	Adriana
10º	Terezinha	Pedro	Pedro	Francisca	Marcos

Fonte: IBGE (2025)

Continuação do quadro 02

	1980/1989	1990/1999	2000/2009	2010/2019	2020/2022
1º	Maria	Maria	Maria	Maria	Maria
2º	José	Ana	Ana	Ana	Ana

3º	Ana	Lucas	João	João	João
4º	Antonio	José	Gabriel	Davi	Davi
5º	Francisco	Jéssica	Lucas	Pedro	Miguel
6º	João	João	Pedro	Miguel	Arthur
7º	Carlos	Rafael	José	Arthur	Pedro
8º	Paulo	Bruno	Gustavo	Gabriel	Heitor
9º	Rafael	Gabriel	Matheus	Lucas	Alice
10º	Rodrigo	Felipe	Guilherme	Henzo	Laura

Fonte: IBGE (2025)

O quadro que apresenta o ranking dos dez nomes mais registrados no Brasil entre 1940 e 2022 evidencia, de forma clara, padrões de permanência e mudança no comportamento antroponímico da população brasileira ao longo do tempo. Observa-se, inicialmente, a forte predominância de nomes tradicionais como Maria e José, que ocupam as primeiras posições de maneira recorrente desde 1940, refletindo a influência histórica da religiosidade cristã e da herança cultural portuguesa na formação da sociedade brasileira. A partir das décadas finais do século XX, especialmente nos anos 1990, nota-se uma inflexão nesse padrão, com a emergência e consolidação de nomes como Lucas, Gabriel, Davi e Miguel, indicando um processo de diversificação e renovação das escolhas nominais. Esse movimento sugere a atuação de fatores socioculturais contemporâneos, como a ampliação do acesso aos meios de comunicação, a globalização e a valorização de nomes percebidos como mais modernos ou internacionalizados. Assim, a análise temporal dos dados permite compreender a nomeação não apenas como uma prática individual ou familiar, mas como um fenômeno social dinâmico, sensível às transformações históricas e culturais que atravessam a sociedade brasileira.

Além da identificação de tendências gerais, as séries temporais revelam padrões de nomeação que variam conforme o território, revelando características regionais e marcadores socioculturais específicos. O IBGE (2025) mostra que certas escolhas estão fortemente relacionadas a particularidades culturais locais, como tradições religiosas no Nordeste, influências europeias no Sul ou padrões de ancestralidade mais evidentes no Norte. Quando essa dimensão espacial é analisada em conjunto com a temporal, emergem tendências híbridas, nas quais é possível observar como determinados nomes se difundem entre regiões ou permanecem restritos a grupos específicos.

Segundo Seabra (2015, p. 73),

Considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

A afirmação feita por Seabra, nos ajuda a entender a dinâmica da distribuição de nomes em diferentes regiões do Brasil, um país multicultural de dimensões continentais, capaz de manter diferentes tipos de expressões culturais atravessando várias gerações ao longo dos tempos. Sendo assim, a análise temporal, não apenas quantifica a frequência dos nomes, mas oferece pistas sobre os processos de circulação cultural e sobre as dinâmicas de identidade coletiva.

Outro elemento relevante é a interpretação sociológica das tendências detectadas nas séries históricas. A ascensão de nomes curtos e de pronúncia internacional nas últimas décadas, por exemplo, pode ser associada à globalização e ao fortalecimento de referências culturais estrangeiras no cotidiano brasileiro (Soledade e Simões, 2020). Da mesma forma, a permanência de nomes bíblicos clássicos aponta para a força das tradições religiosas e suas ressignificações ao longo do tempo. Assim, observar tendências em séries de nomeação significa compreender como valores, crenças e preferências estéticas são incorporados e reinterpretados pela sociedade.

Por fim, a aplicação de métodos quantitativos de séries temporais no estudo da nomeação nos permite, como pesquisador, ampliar a capacidade analítica, possibilitando gerar previsões sobre comportamentos futuros, identificar padrões emergentes e compreender movimentos geracionais. Esses métodos, quando integrados a uma leitura sociocultural, oportunizam interpretações mais robustas e contextualizadas sobre o fenômeno, evitando conclusões simplistas e fortalecendo o diálogo entre estatística, linguística e ciências sociais.

Desse modo, a análise temporal não se limita a medir frequências, mas oferece uma abordagem detalhada capaz de revelar como a sociedade brasileira se transforma e como essas transformações se refletem nos nomes atribuídos às novas gerações.

5.3 Aplicações da Estatística em estudos socioculturais

A estatística ocupa hoje um lugar de destaque nos estudos socioculturais, especialmente em um contexto que informações sobre dados socioeconômicos, culturais e

demográficos estão amplamente disponíveis em bases oficiais e digitais. O uso sistemático de métodos quantitativos nos permite visualizar tendências sociais, identifiquem transformações coletivas e compreendam padrões que não se revelam apenas pela observação empírica. Assim, a estatística se consolida como uma ferramenta indispensável para interpretar dinâmicas culturais complexas e em constante movimento.

Segundo Bracarense (2018)

A estatística adquiriu o *status* de ciência no momento em que evoluiu de fazer levantamentos de informações destinados ao conhecimento do Estado para se tornar uma fonte adicional de evidências a fim de explicar fenômenos da natureza e das relações humanas e sociais. (Bracarense 2018, p.11)

Portanto a estatística deixa de ser uma simples ferramenta matemática que trata da coleta, organização e interpretação de dados a serviço do estado e passa a ser vista como ciência a partir do momento que explica fenômenos da natureza capaz de dar mais clareza e nos ajudar a compreender os fenômenos socioculturais.

No âmbito das práticas socioculturais, a análise estatística possibilita observar como costumes, identidades coletivas e comportamentos populacionais se modificam ao longo do tempo (Lopes, 2010). Dados sobre educação, religião, mobilidade urbana, consumo cultural, composição familiar e dinâmicas de nomeação, por exemplo, tornam-se indicadores valiosos para compreender o modo como grupos sociais constroem sentidos e transformam hábitos. Ferramentas como estatística descritiva e séries temporais ajudam a evidenciar não apenas a presença de tendências, mas também suas possíveis causas e implicações.

O uso da estatística também favorece uma compreensão mais profunda das desigualdades sociais e das diferenças regionais presentes no país (Minayo e Gomes, 2007). Informações provenientes de instituições como o IBGE permitem comparar grupos e mapear contrastes que atravessam classes sociais, faixas etárias, territórios e contextos culturais. Ao organizar e interpretar esses dados, os estudos socioculturais conseguem evidenciar fenômenos como migração interna, mudanças demográficas, transformações no mercado de trabalho, além da influência da mídia e da globalização na formação de hábitos culturais.

Ao integrar abordagens estatísticas com métodos qualitativos, os estudos socioculturais ampliam sua capacidade interpretativa. A combinação entre números e narrativas permite contextualizar os padrões encontrados, compreendendo não apenas o que muda no comportamento coletivo, mas porque essas mudanças acontecem. A perspectiva

quali-quantis fortalece a leitura da realidade social, conciliando a precisão dos indicadores com a profundidade simbólica e histórica das práticas culturais (Gil, 2008).

Essas aplicações têm impacto direto na produção científica e no campo educativo, sobretudo porque estimulam a leitura crítica de dados e a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Trabalhar com informações socioculturais em sala de aula, por exemplo, desenvolve nos estudantes habilidades de interpretação, argumentação e análise contextualizada (Brasil, 2018). Ao aproximar os fenômenos culturais de sua dimensão estatística, a educação contribui para a formação de cidadãos capazes de compreender a sociedade por meio de evidências, reconhecendo a diversidade, as mudanças históricas e os desafios sociais que caracterizam o Brasil.

6. PANORAMA GERAL DA EVOLUÇÃO DOS NOMES NO BRASIL: possibilidades para o ensino

A interpretação dos resultados desta pesquisa requer, inicialmente, a compreensão da evolução histórica e institucional do processo de nomeação no Brasil, uma vez que os nomes próprios constituem construções sociais profundamente influenciadas por contextos culturais, religiosos e jurídicos. Quando observamos os nomes pessoais mais usados no Brasil, fica claro, eles sofrem influências e transformações culturais que variam a cada época pois acompanham o processo de transformação da sociedade. Ou seja, o ato de nomear pessoas passa por modificações em diferentes décadas analisadas e apresentam variações que são reflexo das transformações socioculturais.

Durante o período colonial e grande parte do Império, a Igreja Católica era responsável pelo registro de nomes por meio dos livros paroquiais de batismo. Isso contribuiu para a predominância de nomes de origem religiosa na antroponímia brasileira (Seide, 2013). O panorama começou a mudar no final do século XIX, com a implementação do registro civil laico, que atribuía ao Estado a responsabilidade de registrar oficialmente os nascimentos, assegurando uma maior padronização e estabilidade dos registros nominais (Brasil, 1973). Esse marco institucional é essencial para a análise dos dados do IBGE trabalhado neste estudo, uma vez que permitiu a criação de séries históricas mais robustas e comparáveis ao longo do tempo.

Com base nos dados do IBGE, percebemos que a evolução dos nomes no Brasil é caracterizada por uma combinação de tradição e inovação, com o repertório de nomes se expandindo ao mesmo tempo em que a popularidade de nomes religiosos tradicionais, como Maria e José, se mantém frequente ao longo de diversas décadas, refletindo a influência cultural e familiar na escolha (IBGE, 2010). Essa conjuntura nos leva ao debate do tópico 6.3; nele, analisamos as tendências temporais, os picos de popularidade e os padrões regionais, evidenciando que a distribuição dos nomes é inconstante, mudando tanto com o passar dos anos quanto entre as diferentes localidades do Brasil.

Outro evento que impactou na antroponímia brasileira foi a abolição da escravatura, pois a formalização da Lei Áurea em 1888 gerou impactos históricos, sobretudo na nomeação dos filhos dos ex-escravos. Durante o período escravista, grande parte da população negra não tinha acesso regular ao registro civil, o que resultou em perdas documentais e na atribuição de nomes e sobrenomes que muitas vezes não refletiam suas verdadeiras famílias ou identidades. O processo de obtenção de identidade civil ocorreu de forma desigual mesmo após o fim da

escravidão, um reflexo das barreiras estruturais que continuam a impactar os dados demográficos contemporâneos (Seide, 2013).

6.1 Relações entre Fatores Socioculturais, Históricos e Demográficos

A análise estatística da evolução dos nomes próprios no Brasil exige a consideração de fatores socioculturais, históricos e demográficos como elementos centrais para a interpretação dos dados. Embora os registros nominais possam ser tratados quantitativamente, sua compreensão ultrapassa a dimensão numérica, uma vez que os nomes constituem variáveis fortemente associadas a valores simbólicos, tradições familiares e referenciais culturais compartilhados socialmente. Nesse sentido, a Estatística atua como instrumento de sistematização e leitura de fenômenos que têm origem em processos sociais mais amplos.

Sob a perspectiva sociocultural, a escolha dos nomes reflete padrões de pertencimento, identidade e distinção social, variando conforme crenças religiosas, modismos culturais e influências midiáticas. Estudos clássicos sobre antroponímia indicam que os nomes funcionam como indicadores sensíveis das transformações sociais, expressando tanto continuidades quanto rupturas nos repertórios onomásticos ao longo do tempo (Besnard; Desplanques, 1986). Essa característica justifica o tratamento dos nomes como variáveis estatísticas capazes de revelar regularidades e mudanças quando organizadas em séries temporais ou distribuídas por grupos populacionais.

Do ponto de vista demográfico, fatores como composição etária, fluxos migratórios e grau de urbanização interferem diretamente na distribuição dos nomes no território nacional. Regiões com maior mobilidade populacional tendem a apresentar maior diversidade onomástica, enquanto contextos demográficos mais estáveis preservam padrões tradicionais de nomeação. Tais diferenças evidenciam que a distribuição dos nomes não ocorre de maneira homogênea, mas responde a dinâmicas populacionais específicas, aspecto amplamente discutido na literatura sociolinguística e onomástica (Seide, 2010; Van Langendonck, 2007).

Dessa forma, este tópico estabelece as bases analíticas para a leitura dos dados estatísticos apresentados nas seções seguintes. Ao reconhecer os nomes próprios como variáveis socioculturais inseridas em contextos históricos e demográficos específicos, torna-se possível compreender, de maneira mais consistente, as tendências temporais, os padrões regionais, as diferenças por grupos e os ciclos de popularidade que serão examinados nos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4.

A análise estatística da evolução dos nomes próprios no Brasil possibilita compreender aspectos relevantes da dinâmica social, cultural e histórica da população. Nesse sentido, o estudo dos nomes pessoais constitui uma oportunidade significativa para trabalhar conceitos estatísticos a partir de dados reais, aproximando os estudantes da interpretação de informações presentes no cotidiano. A sequência didática 1 (**Ver apêndice 1**) propõe explorar essas relações, articulando conteúdos de Estatística com a análise da distribuição dos nomes no Brasil e suas conexões socioculturais, históricas e demográficas.

Nesse sentido, os conteúdos estatísticos trabalhados como população, amostra e variáveis estatísticas são mobilizados como instrumentos para analisar dados reais e socialmente significativos, permitindo aos estudantes compreender que a Estatística não se restringe a procedimentos técnicos, mas constitui uma ferramenta de leitura da realidade.

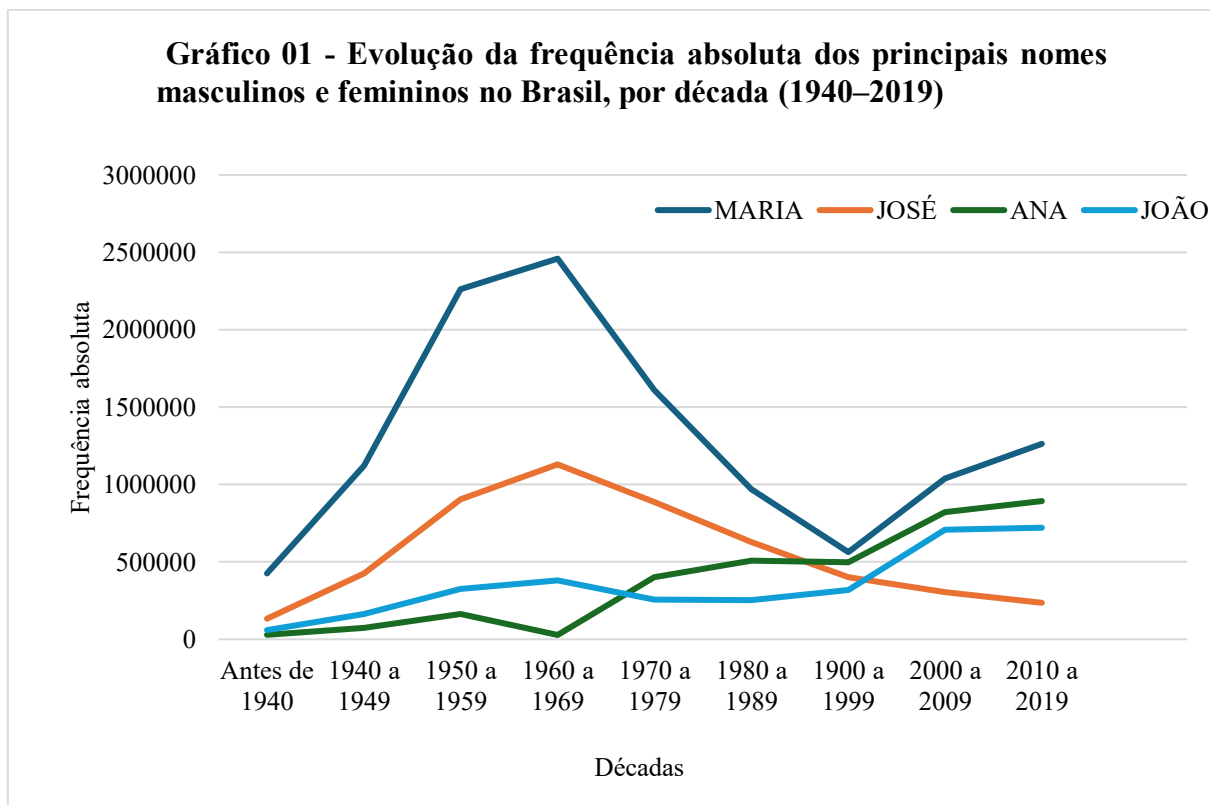
A análise da distribuição dos nomes no Brasil, proposta nas atividades, possibilita evidenciar como elementos culturais, influências históricas e dinâmicas populacionais se manifestam nos dados, tornando concretas as discussões teóricas apresentadas na dissertação. Assim, ao investigar frequências, variações temporais e diferenças regionais, os estudantes estabelecem conexões entre conceitos matemáticos e fenômenos sociais, desenvolvendo uma compreensão mais crítica e contextualizada.

Dessa forma, as sequências didáticas operam como um desdobramento prático da fundamentação teórica, promovendo a articulação entre o ensino de Estatística e a interpretação de aspectos socioculturais e demográficos presentes no cotidiano dos estudantes.

6.2 Diferenças por Gênero, Década e Faixas Etárias

6.2.1 Diferenças por Gênero

A análise das diferenças por gênero na escolha dos nomes próprios permite identificar padrões distintos de frequência e variação ao longo do tempo. Ao comparar a evolução dos nomes masculinos e femininos mais recorrentes no Brasil, observa-se que, embora todos apresentem oscilações ao longo das décadas, a intensidade e o ritmo dessas variações diferem conforme o gênero e o papel histórico ocupado por cada nome no repertório onomástico nacional.



Fonte: IBGE (2025)

Os resultados obtidos indicam que os padrões de frequência dos nomes não se explicam exclusivamente pela variável gênero, mas refletem ciclos geracionais associados à idade mediana e à estrutura dos nomes compostos. Os nomes Maria e José, ambos com idade mediana de 53 anos, apresentam trajetórias convergentes, marcadas por forte presença nas décadas centrais do século XX e redução relativa nos períodos subsequentes. Esse comportamento sugere um processo de envelhecimento onomástico típico de nomes tradicionais, cuja transmissão intergeracional vem se enfraquecendo ao longo do tempo.

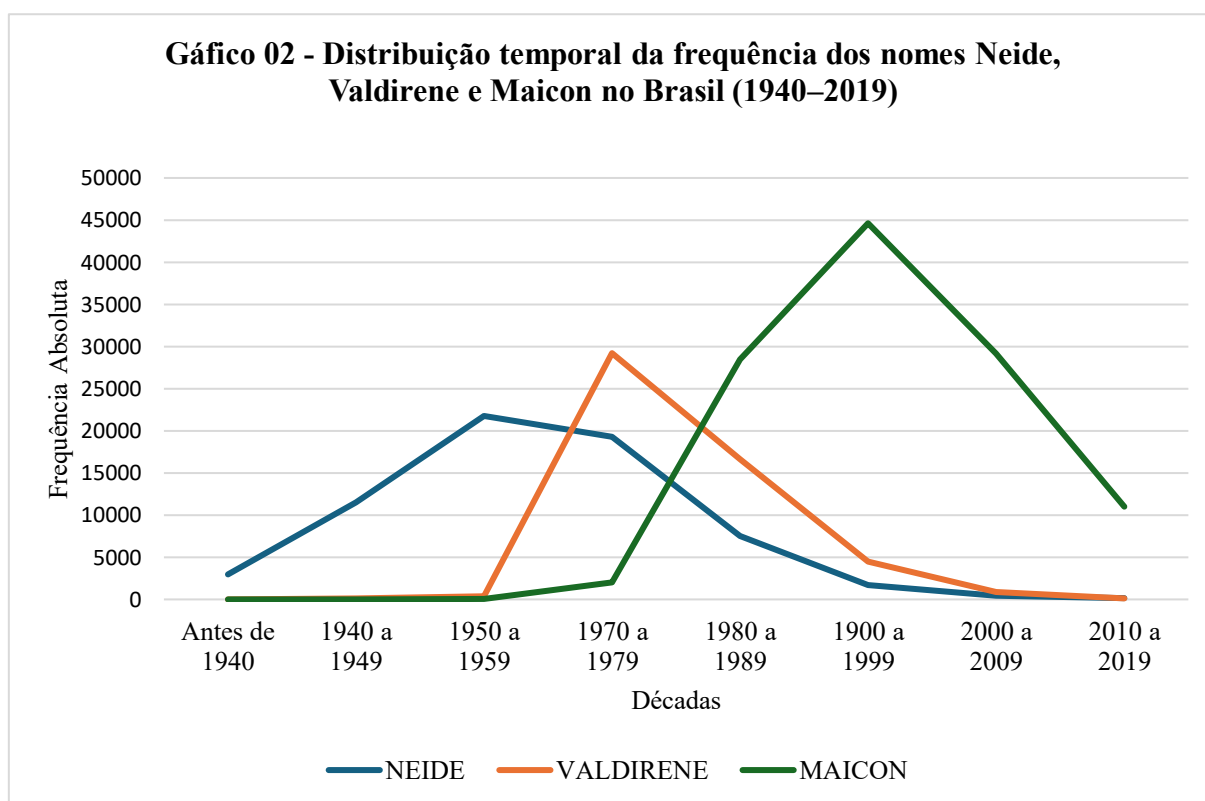
Por outro lado, João e Ana configuram um padrão distinto, caracterizado por maior volatilidade temporal e idades medianas significativamente mais baixas (23 e 22 anos, respectivamente). Esses nomes mantêm relevância no cenário contemporâneo não pela estabilidade, mas pela capacidade de adaptação a novas configurações culturais, sobretudo por meio da composição com outros prenomes. Assim, nomes como *Ana Sofia*, *Ana Júlia* ou *João Pedro* e *João Guilherme* contribuem para a renovação simbólica desses nomes, ainda que o registro estatístico os agregue sob uma mesma forma (IBGE, 2025).

Nesse contexto, a opção metodológica do IBGE de considerar apenas o primeiro prenome exerce papel central na interpretação dos dados, ao concentrar diferentes combinações nominais em um único registro. Tal característica tende a ampliar artificialmente a frequência de nomes-base como João e Ana, reforçando sua posição nos rankings, revelando

estratégias contemporâneas de manutenção de nomes tradicionais por meio da inovação composicional.

6.2.2 Diferenças por Década e Faixas Etárias

Antes de apresentar o gráfico, é importante contextualizar que a escolha de nomes próprios no Brasil reflete transformações históricas, culturais e geracionais. A distribuição temporal dos nomes Neide, Valdirene e Maicon, ao longo das décadas de 1940 a 2019, permite observar como determinadas preferências se associam a períodos específicos, sendo influenciadas por modismos, referências midiáticas e mudanças socioculturais mais amplas. Assim, o gráfico a seguir nos revela não apenas variações quantitativas, como também indícios do contexto etário e histórico em que esses nomes se consolidaram ou entraram em declínio.



Fonte: IBGE (2025)

O gráfico evidencia com clareza como determinados nomes funcionam como marcadores geracionais. O nome Neide apresenta maior frequência entre as décadas de 1950 e 1970, com queda acentuada a partir dos anos 1980, o que leva à suposição imediata de que

peessoas com esse nome pertencem hoje a faixas etárias mais elevadas, em geral acima dos 50 ou 60 anos. Esse padrão está associado ao contexto sociocultural do período, marcado pela valorização de nomes curtos, femininos e de sonoridade simples, frequentemente influenciados por tradições familiares e repertórios onomásticos mais estáveis. Assim, ao ouvir o nome Neide, tende-se a associá-lo a uma geração formada antes da intensificação da globalização cultural e da diversificação dos modelos de nomeação no Brasil.

Em contraste, o nome Maicon apresenta crescimento expressivo a partir da década de 1980, atingindo pico nos anos 1990 e mantendo relevância nas décadas seguintes, o que sugere indivíduos predominantemente jovens ou adultos jovens. Tal padrão reflete a influência de fatores externos, como a difusão da cultura midiática internacional e a adaptação fonética de nomes estrangeiros ao português brasileiro. Já Valdirene concentra-se fortemente nas décadas de 1970 e 1980, indicando uma geração intermediária, hoje situada majoritariamente na meia-idade. Esse nome remete a um contexto social específico, no qual se popularizaram nomes compostos ou alongados, frequentemente associados a classes populares urbanas e a tendências culturais daquele período. Dessa forma, o gráfico reforça que nomes próprios não apenas identificam indivíduos, também carregam significados sociais e temporais, permitindo inferências sobre idade e contexto de socialização a partir de sua distribuição histórica.

No recorte por décadas, a análise dos dados revela que a mediana das idades dos indivíduos portadores de determinados nomes está diretamente associada aos seus picos de popularidade, permitindo inferir se o nome tende a caracterizar indivíduos mais velhos ou mais jovens. Nomes que alcançaram ampla difusão em décadas passadas apresentam idades medianas mais elevadas, configurando-se como marcadores geracionais, enquanto aqueles que emergem em períodos mais recentes concentram-se predominantemente em faixas etárias mais jovens. Essa relação entre temporalidade e idade mediana reforça a interpretação dos nomes próprios como indicadores históricos, em consonância com a discussão que será desenvolvida no tópico 6.3 acerca da influência de contextos sociais e institucionais na escolha dos nomes.

Ao considerar as faixas etárias, os resultados demonstram uma segmentação geracional clara, na qual determinados nomes se concentram em grupos etários específicos, refletindo tanto tendências de época quanto dinâmicas demográficas mais amplas. A análise da idade mediana, articulada aos dados regionais e temporais, permite identificar processos de permanência, declínio e substituição no repertório onomástico brasileiro. Nesse sentido, a abordagem quantitativa adotada nesta pesquisa amplia o potencial analítico da antroponímia,

ao integrar estatística, história e sociologia na interpretação dos fenômenos de nomeação (Seide, 2010).

Portanto as análises por gênero, década e faixas etárias indicam que a frequência dos nomes no Brasil varia conforme ciclos geracionais, evidenciados pela idade mediana e pela volatilidade temporal. Observa-se que alguns nomes tendem ao envelhecimento progressivo, enquanto outros mantêm elevada incidência por meio de processos de renovação, como a composição nominal. Esses padrões apontam para a existência de ciclos de popularidade, cuja dinâmica será examinada no tópico 6.4, dedicado à permanência e à ressignificação dos nomes na cultura brasileira.

A análise da distribuição dos nomes no Brasil permite identificar variações significativas relacionadas ao gênero, às décadas de nascimento e às diferentes faixas etárias da população. Essas diferenças revelam padrões de escolha que refletem transformações culturais, influências sociais e mudanças de preferências ao longo do tempo. Ao explorar estatisticamente esses dados, os estudantes podem compreender como determinadas tendências surgem, se intensificam ou diminuem em diferentes períodos históricos. A sequência didática 2 (**Ver apêndice 2**) materializa, no contexto da sala de aula, as discussões desenvolvidas na seção 6.2, “Diferenças por Gênero, Década e Faixas Etárias”. Nessa seção, evidenciou-se que a distribuição dos nomes próprios expressa regularidades e variações que refletem construções sociais, transformações históricas e dinâmicas demográficas, aspectos que são retomados e explorados pedagogicamente nas atividades propostas.

Os conteúdos estatísticos apresentados em tabelas de frequência, gráficos e comparação de distribuições funcionam como ferramentas para a leitura e interpretação desses fenômenos. Ao trabalhar com dados reais, os estudantes são conduzidos a identificar padrões de diferenciação por gênero, observar mudanças ao longo das décadas e reconhecer a concentração de nomes em determinadas faixas etárias, estabelecendo relações entre os dados e seus contextos de produção.

Essa abordagem está alinhada à perspectiva da Educação Estatística, que, conforme defendem autores como Gal (2002), enfatiza o desenvolvimento do letramento estatístico por meio da interpretação crítica de dados inseridos em contextos significativos. Nesse sentido, a construção e análise de representações gráficas não se limitam a procedimentos técnicos, mas favorecem a compreensão de tendências, variações e associações entre variáveis.

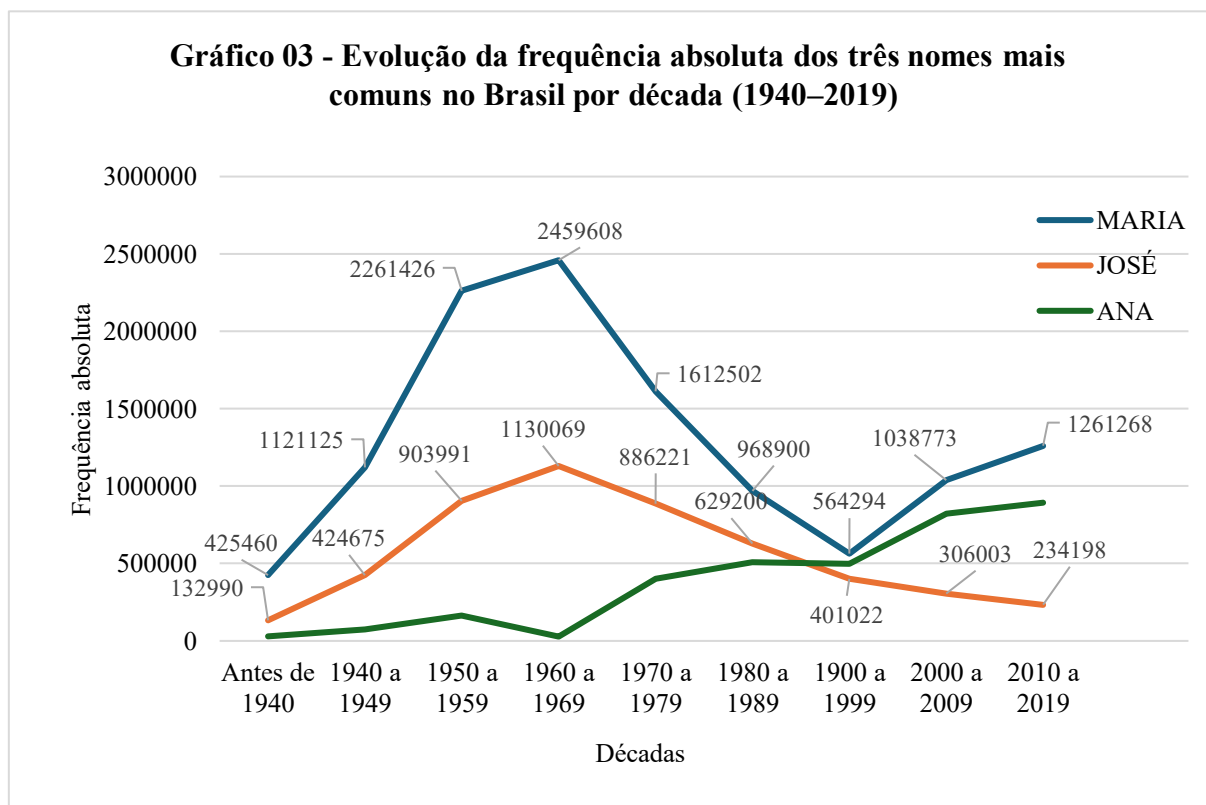
Assim, a Sequência Didática 2 promove a articulação entre conceitos estatísticos e a análise de fenômenos sociais, permitindo que os estudantes compreendam as diferenças por

gênero, década e faixa etária como expressões de processos históricos e socioculturais, conforme discutido na fundamentação teórica da dissertação.

6.3 Tendências Temporais, Picos de Popularidade e Padrões Regionais

Os dados do IBGE analisados no período de 1940 a 2022, nos revela que a popularidade dos nomes no Brasil não se distribui de forma linear ao longo das décadas, mas apresentam tendências ascendentes e descendentes, além de picos de popularidade associados a contextos históricos e socioculturais específicos. Os resultados indicam que determinados nomes atingem picos de popularidade em períodos concentrados, antes de declinarem gradualmente ou em alguns casos abruptamente, configurando comportamentos típicos de fenômenos sociais sujeitos à moda e à influência coletiva muitas vezes impulsionadas por figuras de relevância na mídia, como protagonistas de teledramaturgia ou atletas em evidência (IBGE, 2025).

O gráfico a seguir apresenta a evolução da frequência absoluta dos três nomes mais comuns no Brasil (Maria, José e Ana) ao longo das décadas, abrangendo o período de 1940 a 2019.



Fonte: IBGE (2025)

O gráfico apresenta a evolução da frequência absoluta dos três nomes mais comuns no Brasil ao longo das décadas analisadas, evidenciando padrões distintos de crescimento, pico e declínio. O nome Maria destaca-se por apresentar elevada frequência nas décadas centrais do século XX, com pico entre os períodos de 1950 a 1969. A partir da década de 1970, observa-se uma redução progressiva em sua ocorrência, seguida de uma retomada moderada nas décadas mais recentes, especialmente após os anos 2000. Esse comportamento indica a coexistência de um forte enraizamento histórico com processos de renovação gradual das escolhas nominais.

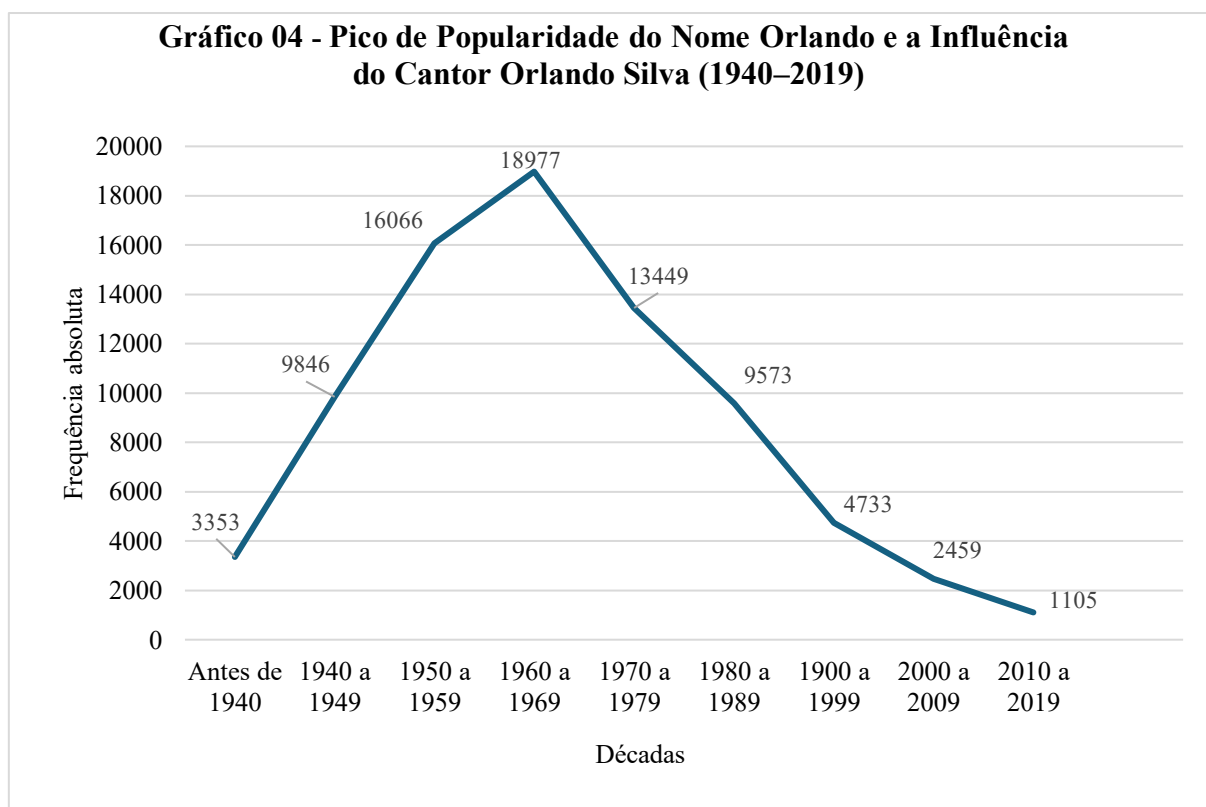
O nome José apresenta trajetória semelhante no que se refere ao pico de popularidade, também concentrado entre as décadas de 1950 e 1960. No entanto, diferentemente de Maria, verifica-se uma queda mais contínua e acentuada a partir da década de 1970, mantendo tendência de declínio até o final do período analisado. Esse resultado sugere uma diminuição relativa da preferência por nomes tradicionais masculinos, possivelmente associada à ampliação do repertório nominal disponível e à busca por maior diferenciação nas escolhas familiares.

Em contraste, o nome Ana apresenta crescimento gradual ao longo do tempo, com maior expressividade a partir da década de 1970 e consolidação nas décadas de 2000 e 2010. Esse padrão indica uma tendência de valorização progressiva do nome, que passa a ocupar posição de destaque entre os registros mais frequentes. Outro fator que contribui para esse crescimento acelerado do nome Ana nas últimas décadas, é a possibilidade de combinar o prenome Ana a outros nomes, como por exemplo: Ana Alice, Ana Sofia, Ana Vitória, dentre outras variedades de combinações. Na base de dados do IBGE, esses exemplos são contabilizados como sendo o mesmo nome, ou seja, apenas Ana. De forma geral, os resultados apontam que os picos de popularidade dos nomes analisados concentram-se em períodos específicos, refletindo ciclos temporais de nomeação. Embora os dados sejam apresentados em escala nacional, tais tendências podem variar regionalmente, em função de diferenças culturais, religiosas e socioeconômicas, aspecto que reforça a relevância de análises complementares em nível regional.

6.3.1 Comportamento Temporal e Picos de Popularidade

Antes da apresentação dos gráficos e de seus respectivos comentários, destaca-se que as visualizações a seguir resultam da sistematização de dados quantitativos extraídos da base Nomes no Brasil, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

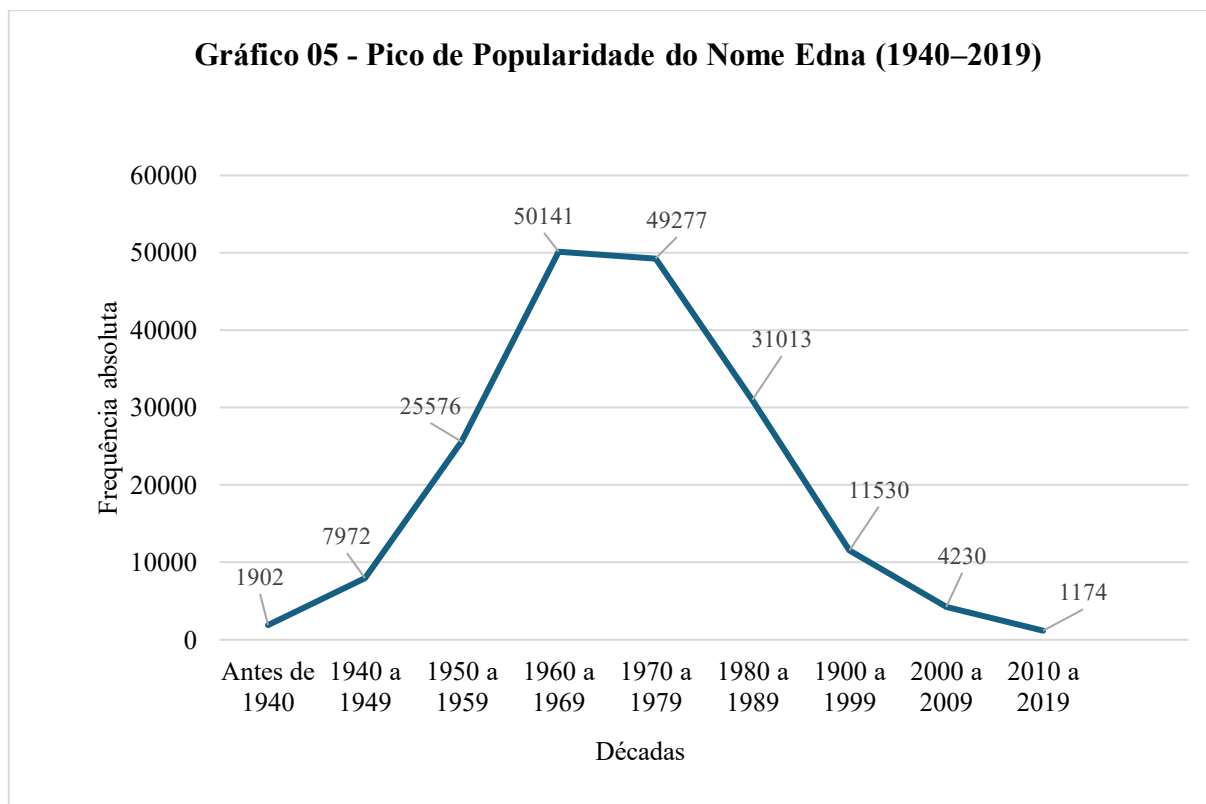
As frequências absolutas dos nomes foram agregadas por décadas, permitindo a análise de séries temporais e a identificação de variações significativas, tais como tendências de crescimento, picos de popularidade e declínios ao longo do período observado. O uso de representações gráficas visa facilitar a interpretação dos padrões estatísticos subjacentes aos dados, funcionando como suporte empírico para a análise comparativa e para a discussão dos fatores socioculturais associados às oscilações observadas.



Fonte: IBGE (2025)

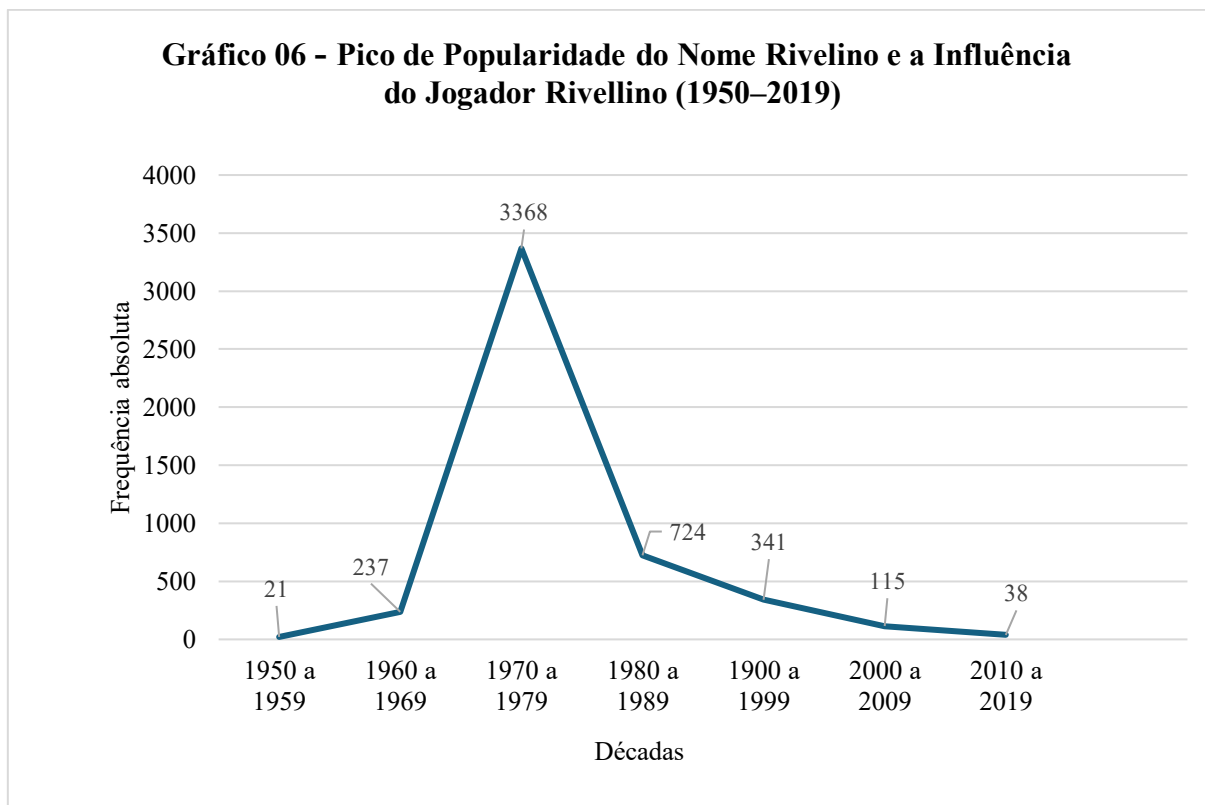
O gráfico evidencia que o nome Orlando apresenta um crescimento expressivo de frequência entre as décadas de 1950 e 1960, atingindo seu pico de popularidade no período de 1960 a 1969, seguido por um declínio gradual nas décadas posteriores. Esse comportamento pode ser diretamente associado à proeminência do cantor Orlando Silva, um dos maiores ícones da música popular brasileira, cujo auge artístico ocorreu principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, com forte presença nas rádios nacionais, principal meio de difusão cultural da época. A ampla circulação de suas canções e sua imagem pública contribuíram para que o nome adquirisse prestígio simbólico, sendo incorporado como referência positiva no momento do registro civil de recém-nascidos. O padrão observado reforça a hipótese de que a exposição midiática de figuras públicas exerce influência significativa sobre as escolhas

onomásticas, produzindo picos temporais de popularidade que tendem a se dissipar à medida que a referência cultural perde centralidade no imaginário coletivo.



Fonte: IBGE (2025)

O gráfico revela que o nome Edna apresenta um crescimento contínuo desde o período anterior a 1940, alcançando seu pico de popularidade entre as décadas de 1960 e 1970, quando atinge as maiores frequências absolutas observadas na série histórica. Esse comportamento indica que o nome se consolidou como uma escolha recorrente no contexto brasileiro da época, possivelmente associado à percepção de modernidade, sonoridade estrangeira e neutralidade religiosa, características valorizadas no processo de nomeação durante o período de intensas transformações sociais e urbanas do país. A partir da década de 1980, observa-se um declínio acentuado, sugerindo a substituição gradual por novos padrões onomásticos e reforçando a ideia de que a popularidade dos nomes próprios segue dinâmicas temporais cíclicas, fortemente condicionadas por modas culturais e mudanças geracionais.

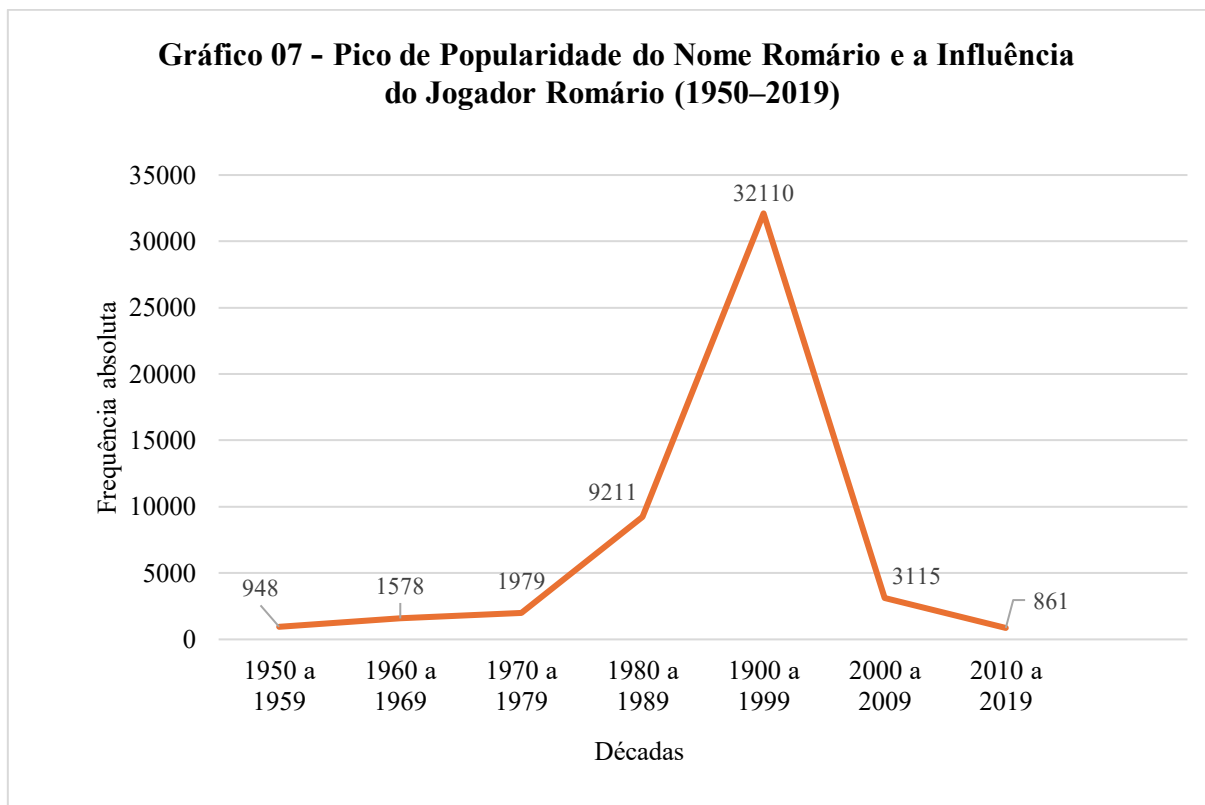


Fonte: IBGE (2025)

O gráfico ilustra que a evolução temporal da frequência do nome Rivelino ao longo das décadas, revela um comportamento claramente associado à projeção pública do jogador homônimo no cenário esportivo brasileiro. Observa-se uma ocorrência ainda discreta entre as décadas de 1950 e 1960, período anterior à consolidação da carreira do atleta, o que indica que o nome não possuía ampla difusão antes de sua ascensão no futebol nacional.

O pico de popularidade ocorre de forma marcante na década de 1970 a 1979, com 3.368 registros, coincidindo diretamente com o auge da carreira de Rivellino, especialmente sua atuação destacada na Copa do Mundo de 1970 e sua consolidação como ídolo do futebol brasileiro. Em termos absoluto pode parecer um número pequeno em relação a outros nomes, porém se compararmos os valores do pico de popularidade do nome Rivelino com a década ligeiramente anterior verificamos que o aumento percentual foi um pouco mais de 1321%. Esse crescimento abrupto sugere forte influência midiática e simbólica do esporte na escolha dos nomes próprios, fenômeno recorrente na antroponímia brasileira.

Após esse período, nota-se uma queda progressiva e contínua nas décadas seguintes, indicando a perda gradual de centralidade do jogador no imaginário coletivo e a substituição por novas referências culturais e esportivas. Ainda assim, a persistência residual do nome nas décadas posteriores demonstra que o impacto do ídolo não foi efêmero, deixando marcas duradouras nos padrões de nomeação, embora em intensidade decrescente.

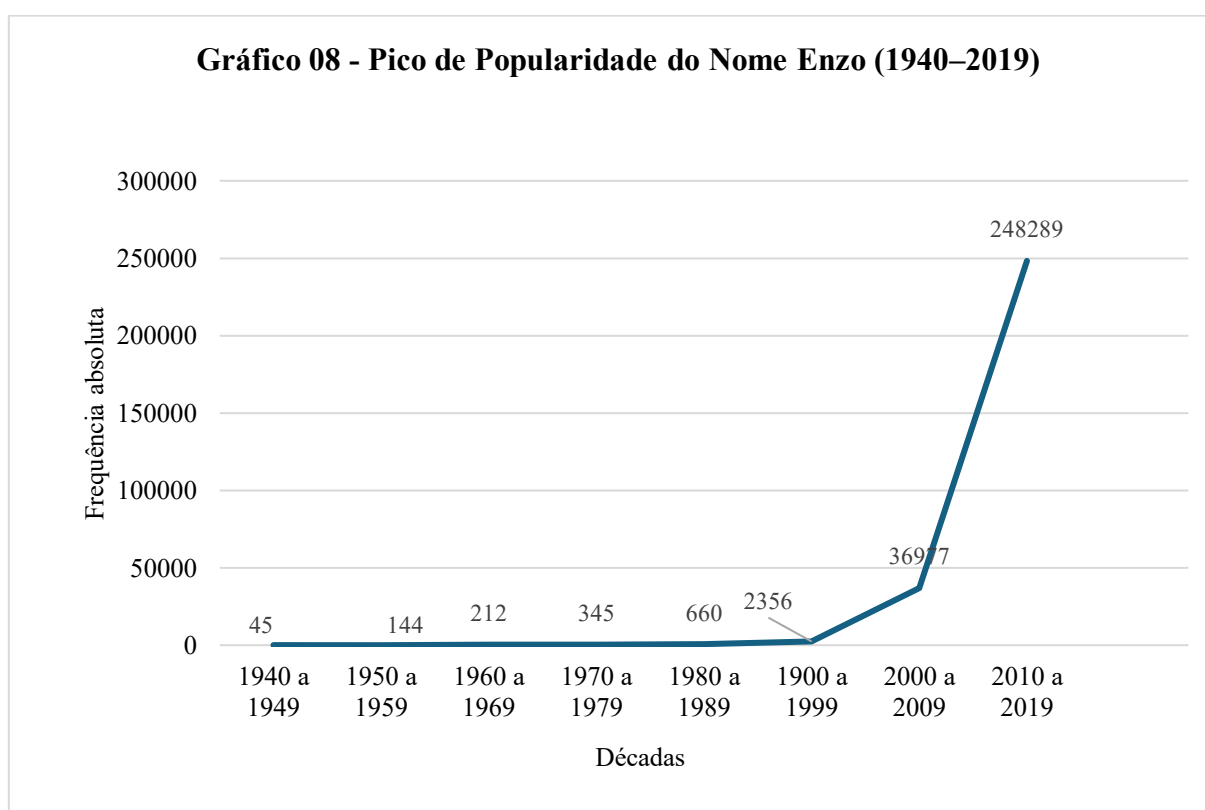


Fonte: IBGE (2025)

Os resultados observados para o nome Romário corroboram a literatura que compreende os nomes próprios como construções socioculturais diretamente influenciadas pelo contexto histórico e pelos referenciais simbólicos vigentes em determinada sociedade. A baixa frequência do nome nas décadas anteriores à ascensão do jogador indica que sua difusão não decorre de tradição onomástica consolidada, mas de estímulos externos ao sistema nominativo, especialmente aqueles vinculados à visibilidade pública e à produção de prestígio social. Tal interpretação dialoga com os estudos clássicos da antroponímia, que compreendem o nome próprio como um marcador social e cultural, sensível às transformações históricas e às dinâmicas coletivas (Guérios, 1981).

O pico de popularidade registrado na década de 1990, com 32.110 ocorrências, pode ser interpretado à luz do conceito de capital simbólico, conforme proposto por Bourdieu, uma vez que o sucesso esportivo de Romário foi amplamente convertido em reconhecimento social e legitimidade cultural. A atuação destacada do jogador na Copa do Mundo de 1994, amplificada pela mídia, associou seu nome a valores socialmente valorizados, como vitória, excelência e ascensão social. Nesse sentido, o ato de nomear assume um caráter simbólico, funcionando como forma de incorporação de atributos desejáveis e de participação no imaginário coletivo nacional (Bourdieu, 1989).

A queda acentuada da frequência do nome nas décadas posteriores sugere que a influência dos ídolos esportivos sobre os padrões de nomeação é historicamente situada e temporalmente limitada, dependente da permanência dessas figuras no centro da atenção social. A comparação com o caso do nome Rivelino, cujo pico ocorre na década de 1970 em escala inferior, reforça a hipótese de que a magnitude do impacto antroponímico está relacionada às condições de circulação simbólica e à expansão dos meios de comunicação. Assim, os dados empíricos, provenientes dos registros do IBGE, evidenciam que a antroponímia brasileira reflete não apenas preferências individuais, representa também transformações estruturais no campo cultural e midiático ao longo do tempo (IBGE, 2025).



Fonte: IBGE (2025)

O gráfico nos mostra que o nome Enzo atingiu um pico expressivo de popularidade na década de 2010, consolidando-se como um dos principais fenômenos onomásticos contemporâneos no Brasil. Esse crescimento acelerado está associado a fatores como a influência midiática, a circulação global de repertórios culturais e a preferência por nomes curtos e de sonoridade internacional, elementos já discutidos na literatura onomástica como catalisadores de modas nominais (Seide, 2013). No entanto, a própria intensidade dessa difusão contribuiu para um processo inverso: a saturação social do nome, condição frequentemente observada em ciclos de popularidade onomástica.

A partir da segunda metade da década de 2010, o nome Enzo passou a ser alvo recorrente de estigmatização social, sobretudo por meio de memes e discursos humorísticos nas redes sociais, nos quais o nome é associado a comportamentos estereotipados ou a determinados perfis sociais. Conforme aponta Goffman (1988), o estigma emerge quando um atributo socialmente visível passa a ser reinterpretado de forma depreciativa, afetando a percepção coletiva sobre indivíduos que o carregam. No campo da antroponímia, estudos indicam que esse tipo de marca simbólica negativa pode influenciar diretamente as escolhas parentais, uma vez que o nome próprio carrega expectativas sociais, identitárias e afetivas (Alford, 1988; Seide 2013; Lucas, 2020).

Nesse contexto, dados recentes de registros civis e rankings de nomes mais atribuídos indicam uma queda acelerada do nome Enzo a partir de 2024, sugerindo o encerramento de seu ciclo de alta popularidade. A associação do nome a memes e discursos estigmatizantes parece ter atuado como um fator de desgaste simbólico, antecipando sua retração no repertório nominativo. Tal dinâmica reforça a compreensão de que os nomes próprios não são escolhas neutras, mas elementos profundamente imbricados em processos sociais, culturais e discursivos, sensíveis às transformações do imaginário coletivo e às práticas comunicativas contemporâneas.

6.3.2 Padrões Regionais na Distribuição dos Nomes no Brasil

A escolha dos nomes próprios não ocorre de forma homogênea no território nacional, sendo fortemente influenciada por fatores históricos, culturais, migratórios e socioeconômicos específicos de cada região. A análise espacial da distribuição dos nomes, por meio de mapas do Brasil, permite visualizar com maior clareza essas diferenças, evidenciando concentrações regionais e preferências nominais associadas a determinados estados e macrorregiões. Esse tipo de abordagem cartográfica possibilita compreender como tradições locais, fluxos migratórios internos, influências religiosas e processos de urbanização contribuem para a formação de padrões distintivos de nomeação, revelando o nome próprio como um marcador sociocultural que reflete a diversidade e a complexidade do contexto brasileiro.

Apresentaremos a seguir mapas de calor destacando a distribuição de alguns nomes em diferentes regiões do Brasil. Os tons mais escuros indicarão que o referido estado tem maior predominância (em termos percentuais) de determinados nomes, da mesma forma os

mapas de estados com tonalidades mais claras, indicarão menor ocorrência (em termos percentuais) de determinados nomes.

Gráfico 09

O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Maria nos estados brasileiros.



Fonte: IBGE (2025)

O mapa evidencia que o nome Maria apresenta uma distribuição amplamente disseminada pelo território brasileiro, confirmando seu caráter tradicional e historicamente enraizado na cultura nacional. Observa-se, contudo, maior intensidade de ocorrência nas regiões Nordeste e Norte, com destaque para alguns estados nordestinos, onde o nome assume valores mais elevados em comparação às demais regiões como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 5 – Distribuição do nome Maria em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais

	UF	% DA POPULAÇÃO	QUANTIDADE	POPULAÇÃO DA UF
1º	CE	12,63%	1.111.151	8.794.957
2º	PI	11,66%	381.520	3.271.199
3º	PB	11,18%	444.389	3.974.687
4º	RN	11,06%	365.215	3.302.729
5º	AL	10,61%	331.863	3.127.683
6º	PE	9,72%	880.834	9.058.931
7º	SE	8,99%	198.749	2.210.004

8º	AC	8,73%	72.420	830.018
9º	MA	8,56%	579.936	6.776.699
10º	MG	6,35%	1.303.703	20.539.989

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE.

A análise conjunta do mapa temático e da Tabela 5 permite uma compreensão mais precisa dos padrões regionais associados ao nome *Maria* no Brasil. Enquanto o mapa evidencia visualmente a ampla disseminação do nome em todas as regiões, com maior concentração relativa no Nordeste e em parte do Norte, a tabela complementa essa leitura ao apresentar os valores absolutos e percentuais de estados selecionados. Essa maior expressividade do nome Maria nos estados nordestinos pode ser associada à forte influência da religiosidade católica nessas áreas, especialmente à devoção mariana, que historicamente orientou práticas de nomeação ligadas a figuras religiosas e à transmissão intergeracional de nomes.

Nas regiões Sudeste e Sul, embora o nome Maria permaneça expressivo, sua frequência relativa é mais moderada, possivelmente em razão de uma maior diversificação dos repertórios nominais ao longo do século XX, impulsionada por processos de urbanização, imigração e mudanças socioculturais. Assim, a leitura espacial do mapa reforça que, apesar de sua universalidade no Brasil, o nome Maria manifesta padrões regionais distintos, refletindo dinâmicas culturais, históricas e simbólicas específicas de cada região.

Gráfico 10

O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome José nos estados brasileiros.



Fonte: IBGE, 2025

O mapa referente à distribuição do nome José revela um padrão espacial semelhante ao observado para o nome Maria, com ampla presença em todas as regiões do país, mas com maior concentração relativa nos estados do Nordeste, onde os índices se destacam de forma mais intensa. Essa predominância regional, posteriormente detalhada pela tabela abaixo com os dez estados de maiores percentuais dos quais oito pertencem ao Nordeste reforça a ideia de que o nome José mantém forte enraizamento cultural nessas localidades. Tal configuração pode ser associada, entre outros fatores, à tradição religiosa católica, especialmente à devoção a São José, além da transmissão intergeracional de nomes masculinos clássicos, prática historicamente recorrente em contextos sociais mais tradicionais.

Tabela 6 – Distribuição do nome José em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais

	UF	% DA POPULAÇÃO	QUANTIDADE	POPULAÇÃO DA UF
1º	AL	7,14%	223.323	3.127.683
2º	SE	6,21%	137.132	2.210.004
3º	PB	5,33%	211.665	3.974.687
4º	PE	5,12%	464.161	9.058.931
5º	CE	4,56%	401.348	8.794.957
6º	RN	4,23%	139.736	3.302.729
7º	PI	3,54%	115.668	3.271.199
8º	MA	3,26%	220.846	6.776.699
9º	AC	3,04%	25.234	830.018
10º	MG	2,58%	530.070	20.539.989

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2025.

Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, embora o nome José continue figurando entre os mais frequentes, observa-se uma distribuição mais homogênea e percentuais relativamente menores, o que sugere maior diversificação dos repertórios nominais ao longo do tempo. A articulação entre o mapa e a tabela permite, portanto, diferenciar o peso demográfico do nome evidenciado pelos valores absolutos de sua força simbólica e cultural, expressa nos percentuais mais elevados em determinados estados. Desse modo, a análise integrada confirma que, assim como Maria, o nome José atua como um marcador sociocultural relevante, cuja persistência e concentração regional refletem dinâmicas históricas, religiosas e sociais específicas do Nordeste brasileiro.

Gráfico 11

O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Miguel nos estados brasileiros.



Fonte: IBGE, 2025

O mapa mostra a distribuição espacial do nome Miguel no território brasileiro, revelando um padrão de maior concentração nos estados das regiões Sudeste e Sul, que se destacam com tonalidades mais escuras. Esse comportamento indica que o nome apresenta maior predominância relativa nessas áreas, possivelmente associada a fatores demográficos, socioeconômicos, culturais e maior influência de tendências globais de nomeação, uma vez que *Miguel* é um nome de forte tradição bíblica, além de ser amplamente difundido em contextos contemporâneos.

Tabela 7 – Distribuição do nome Miguel em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais

	UF	% DA POPULAÇÃO	QUANTIDADE	POPULAÇÃO DA UF
1º	RJ	0,45%	72.408	16.055.174
2º	DF	0,45%	12.605	2.817.381
3º	SP	0,42%	188.256	44.411.238
4º	MG	0,41%	84.645	20.539.989
5º	PR	0,41%	47.066	11.444.380

6º	ES	0,38%	14.699	3.833.712
7º	GO	0,38%	26.710	7.056.495
8º	SC	0,37%	28.492	7.610.361
9º	MS	0,36%	9.897	2.757.013
10º	RS	0,35%	38.215	10.882.965

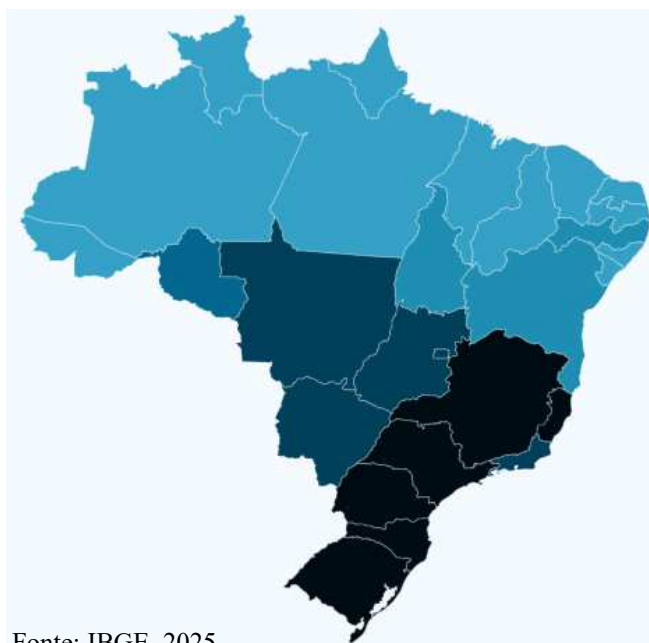
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE.

A tabela complementar, ao apresentar os 10 estados com maior predominância do nome Miguel, em valores absolutos e relativos, permite refinar a leitura do gráfico ao evidenciar que os estados mais populosos tendem a concentrar maiores números absolutos, enquanto os percentuais relativos revelam a intensidade da preferência local pelo nome. Assim, estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tendem a se destacar em números absolutos, enquanto unidades federativas com menor população podem apresentar percentuais elevados, indicando uma escolha mais recorrente do nome em relação ao total de registros.

De forma geral, a combinação entre o mapa e a tabela reforça que o nome Miguel não apenas figura entre os mais populares do país, também apresenta assimetrias regionais claras, com maior força no eixo Sul–Sudeste. Esse padrão sugere que a difusão do nome está relacionada a dinâmicas regionais específicas e a processos socioculturais recentes, o que o torna um indicador relevante para a análise das tendências contemporâneas de nomeação no Brasil.

Gráfico 12

O mapa abaixo apresenta a distribuição do nome Helena nos estados brasileiros.



Fonte: IBGE, 2025

A distribuição espacial do nome Helena mostrada no mapa do Brasil, revela uma concentração mais intensa nos estados das regiões Sul e Sudeste, que aparecem com tonalidades mais escuras. Esse padrão sugere uma maior predominância em termos percentuais do nome nessas áreas, indicando que a escolha por Helena está fortemente associada a contextos regionais e maior influência de repertórios culturais europeus, nos quais o nome possui longa tradição histórica e literária. Segundo o IBGE,

O nome Helena tem relação com a história e idioma da civilização grega antiga. Com origem no termo “*helene*”, que significa “tocha” ou “luz do sol”, o nome Helena ganhou o sentido de “**reluzente, resplandecente**”. E, apesar de não ser uma referência direta ao nome próprio Helena, ele divide a mesma raiz etimológica com o próprio nome do país Grécia em seu idioma: “Hellas” ou, no grego atual, “Ellada”. Os termos se originaram no radical *hēli*, que se refere a luz ou brilho solar. Atualmente, a Grécia é também chamada de República Helênica, uma vez que os cidadãos gregos se identificavam por “helenos”. O termo ainda derivou a expressão “cultura helênica”, referente a um período de grande influência da civilização grega antiga. No Brasil, Helena ficou conhecida por ser o nome das protagonistas das novelas escritas pelo autor Manoel Carlos. (IBGE, 2026)

O texto nos ajuda a entender a popularidade do nome Helena no Brasil, sobretudo nos estados do Sul e Sudeste. Sua popularidade deriva, primordialmente, de um duplo legado: a herança religiosa católica portuguesa e o influxo imigratório europeu, sobretudo italiano. Paralelamente, a imigração massiva de italianos para os estados do Sul e Sudeste a partir do século XIX reforçou significativamente sua presença, uma vez que a variante “Elena” é um nome clássico e prevalente na Itália.

Em termos contemporâneos, a prevalência de Helena no Sul e Sudeste reflete, portanto, a persistência de substratos culturais históricos articulados a mecanismos modernos de difusão e prestígio. Os dados dos registros civis das últimas décadas confirmam sua posição constante entre os nomes femininos mais frequentes nessa macrorregião. Essa distribuição revela a maneira pela qual um nome pode operar como um marcador de continuidade cultural em contextos regionalmente diversificados.

Tabela 8 – Distribuição do nome Helena em estados selecionados do Brasil, em valores absolutos e percentuais

	UF	% DA POPULAÇÃO	QUANTIDADE	POPULAÇÃO DA UF
1º	SC	0,25%	19.242	7.610.361
2º	RS	0,25%	27.071	10.882.965
3º	PR	0,25%	28.287	11.444.380

4º	SP	0,23%	101.894	44.411.238
5º	ES	0,23%	8.735	3.833.712
6º	MG	0,23%	46.624	20.539.989
7º	DF	0,21%	6.017	2.817.381
8º	GO	0,21%	14.680	7.056.495
9º	MT	0,20%	7.388	3.658.649
10º	MS	0,19%	5.362	2.757.013

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE.

A tabela complementa o gráfico, ao apresentar os 10 estados com maior predominância do nome Helena em valores absolutos e relativos, contribui para uma interpretação mais precisa do fenômeno. Os valores absolutos tendem a destacar estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, enquanto os percentuais relativos permitem identificar unidades federativas em que o nome assume maior peso proporcional no conjunto de registros, mesmo quando o número total de nascimentos é menor. Essa distinção é fundamental para evitar leituras enviesadas exclusivamente pelo tamanho populacional.

De modo geral, a análise conjunta do mapa e da tabela indica que o nome Helena apresenta uma distribuição regionalmente assimétrica, com forte enraizamento no eixo Sul-Sudeste e menor expressividade relativa nas regiões Norte e Nordeste. Tal configuração reforça a ideia de que a popularidade do nome está relacionada a dinâmicas socioculturais contemporâneas, incluindo a valorização de nomes clássicos e internacionais, o que torna Helena um exemplo expressivo das tendências recentes de nomeação no Brasil.

O estudo estatístico dos nomes pessoais permite observar como sua popularidade varia ao longo do tempo e entre diferentes regiões do país. A análise dessas variações possibilita identificar tendências temporais, períodos de maior destaque de determinados nomes os chamados picos de popularidade e padrões regionais que refletem características culturais e históricas específicas. Ao investigar esses dados, os estudantes têm a oportunidade de compreender como a Estatística pode revelar comportamentos coletivos e transformações sociais presentes na sociedade.

A sequência didática 3 (**Ver apêndice 3**) propõe explorar essas relações por meio da análise e interpretação de dados reais sobre nomes no Brasil. De acordo com os dados apresentados nessa seção, podemos constatar que a dinâmica dos nomes próprios no Brasil é marcada por variações ao longo do tempo, pela ocorrência de picos de popularidade e por distribuições diferenciadas entre as regiões, refletindo processos históricos, influências culturais e especificidades territoriais.

Nesse contexto, os conteúdos estatísticos trabalhados na sequência especialmente as medidas de tendência central (moda, mediana e média) são mobilizados como instrumentos para interpretar tais fenômenos. Na primeira aula, ao associar a moda aos picos de popularidade dos nomes, os estudantes compreendem que essa medida permite identificar o período de maior ocorrência de um nome, revelando modismos e tendências temporais discutidos na seção 6.3. Assim, a moda deixa de ser apenas um conceito abstrato e passa a representar, concretamente, momentos de maior influência sociocultural.

Na segunda aula, a introdução da mediana possibilita uma análise complementar, ao mostrar a distribuição temporal dos registros e a concentração geracional dos nomes. Ao interpretar a idade mediana, os estudantes são levados a compreender a permanência ou a renovação dos nomes ao longo do tempo, articulando essa medida à ideia de continuidade ou ruptura nos padrões de nomeação.

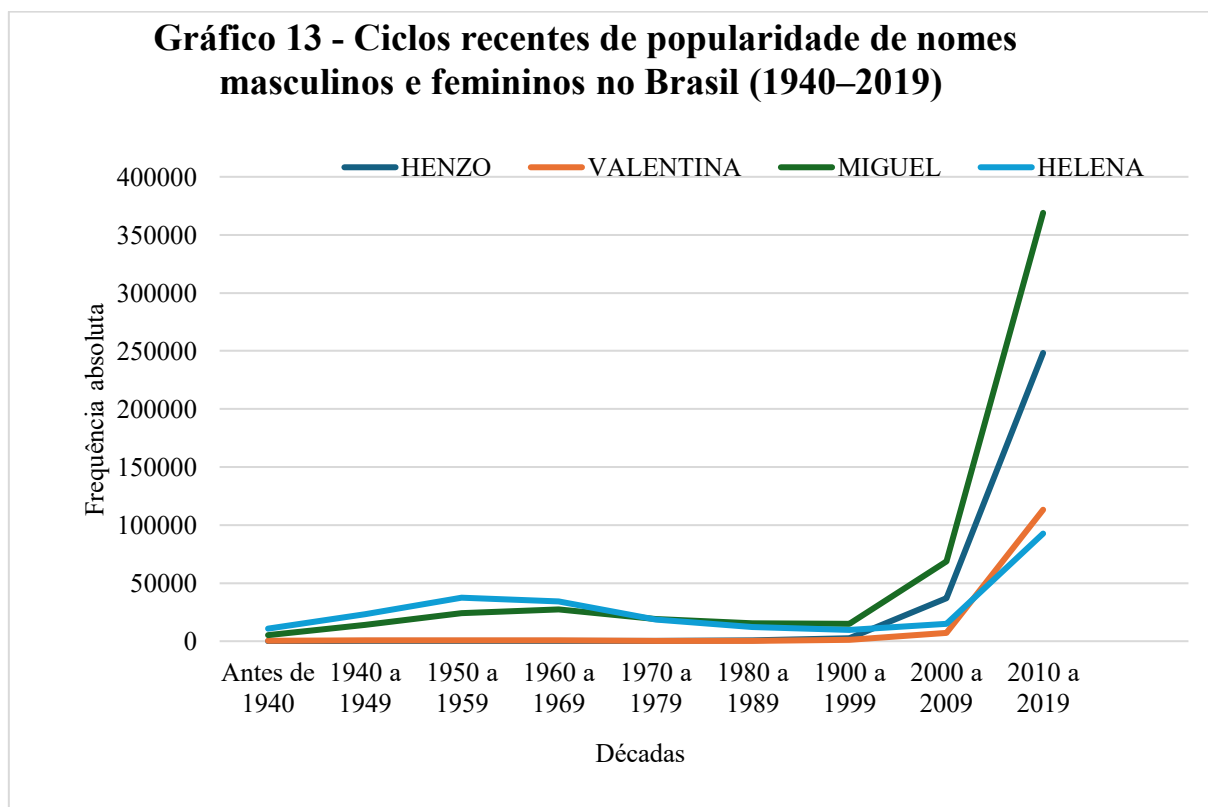
Por sua vez, na terceira aula, o uso da média aritmética aplicada à distribuição dos nomes por estado permite analisar padrões regionais, conforme discutido na seção teórica. Ao comparar valores acima e abaixo da média, os alunos identificam concentrações espaciais e refletem sobre a representatividade dessa medida, desenvolvendo uma compreensão mais crítica sobre a distribuição dos dados no território nacional.

Dessa forma, a Sequência Didática 3 promove a integração entre diferentes medidas estatísticas e sua aplicação na análise de dados reais, permitindo que os estudantes compreendam as tendências temporais, os picos de popularidade e os padrões regionais como expressões de processos socioculturais e históricos, em consonância com a fundamentação teórica apresentada na dissertação.

6.4 Ciclos de Popularidade e Permanência dos Nomes na Cultura Brasileira

A análise dos nomes de popularidade recente revela que os ciclos contemporâneos de nomeação no Brasil tendem a ser mais curtos e intensos, quando comparados aos padrões observados em nomes tradicionais. A evolução temporal dos nomes Enzo, Valentina, Miguel e Helena revela crescimento acelerado a partir da década de 2000, com forte concentração de registros nas décadas mais recentes, indicando processos de difusão rápida e elevada volatilidade no repertório onomástico atual.

O gráfico a seguir ilustra de forma clara a aceleração dos ciclos de popularidade no período recente, contrastando com os ciclos longos e mais estáveis observados em nomes historicamente consolidados.



Fonte: IBGE, 2025

Os ciclos de popularidade observados podem ser interpretados à luz da onomástica e da sociologia da cultura, segundo as quais os nomes próprios operam como marcadores simbólicos geracionais (Guérios, 1981). Nesse sentido, a escolha de um nome não se restringe a uma decisão individual ou familiar, mas insere-se em um sistema social de distinção, no qual determinados prenomes acumulam ou perdem valor ao longo do tempo. Sob a perspectiva bourdieusiana, os nomes podem ser compreendidos como formas de capital simbólico, cuja valorização depende do reconhecimento social e da circulação em determinados contextos culturais (Bourdieu, 1989).

Assim, nomes contemporâneos de rápida ascensão tendem a seguir lógicas próximas às da moda, caracterizadas por difusão acelerada, saturação e subsequente declínio, enquanto nomes tradicionais apresentam ciclos mais longos, associados à herança cultural e à transmissão intergeracional. A permanência ou a retração de um nome, portanto, resulta da

interação entre tradição, inovação e mecanismos sociais de distinção, reforçando o caráter dinâmico e culturalmente situado do sistema onomástico brasileiro.

Os nomes próprios também apresentam ciclos de popularidade ao longo do tempo, marcados por períodos de ascensão, permanência e declínio. A análise estatística desses ciclos permite compreender como determinados nomes se tornam mais frequentes em certas épocas e, posteriormente, podem perder espaço para novas tendências.

A sequência didática 4 (**Ver apêndice 4**) propõe investigar, por meio de dados reais, como a Estatística pode auxiliar na identificação e interpretação dos ciclos de popularidade dos nomes no Brasil. Nessa perspectiva, os conteúdos estatísticos tabelas de frequência em intervalos de classe, histogramas, polígonos de frequência e a moda são mobilizados como instrumentos para identificar padrões de crescimento, declínio e permanência ao longo das décadas.

A organização dos dados em intervalos permite destacar a distribuição temporal dos nomes, enquanto os gráficos favorecem a visualização dos ciclos de popularidade. A moda, por sua vez, possibilita identificar o pico de ocorrência, contribuindo para a análise de modismos ou estabilidade ao longo do tempo.

Dessa forma, a sequência didática promove a integração entre conceitos estatísticos e a interpretação de fenômenos socioculturais, permitindo compreender os ciclos e a permanência dos nomes como expressões de processos históricos, em consonância com a fundamentação teórica apresentada na seção 6.4.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na presente dissertação evidenciaram que a evolução dos nomes no Brasil acompanha mudanças estruturais da sociedade, refletindo processos como urbanização, globalização, expansão dos meios de comunicação e transformações nos padrões culturais. Observou-se a coexistência de nomes tradicionais, fortemente associados à religiosidade e à herança cultural portuguesa, com nomes inovadores influenciados por produções midiáticas, referências internacionais e estratégias criativas de formação onomástica. Essa dinâmica confirma o caráter híbrido e multifacetado da antroponímia brasileira, marcada pela tensão entre permanência e inovação.

A análise estatística permitiu identificar padrões relevantes, como ciclos de popularidade, picos de frequência associados a fenômenos socioculturais e diferenças regionais na escolha de nomes. Os resultados também mostraram que determinados nomes funcionam como marcadores geracionais, permitindo inferir contextos históricos e culturais a partir de sua distribuição temporal. Nesse sentido, os nomes pessoais revelaram-se indicadores sociais sensíveis, capazes de expressar transformações identitárias e movimentos simbólicos da sociedade brasileira ao longo das décadas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o campo da antroponímia ao integrar abordagens qualitativas tradicionais com métodos estatísticos e análise de dados em larga escala. Essa articulação amplia o potencial interpretativo dos estudos onomásticos e fortalece o diálogo entre linguística, sociologia, história e matemática aplicada, evidenciando a relevância das humanidades digitais para a compreensão de fenômenos culturais.

No âmbito educacional, a dissertação demonstrou que a análise estatística de nomes pessoais constitui um contexto didático potente para o ensino de Estatística no Ensino Médio. A utilização de bases de dados reais favorece a aprendizagem significativa, o desenvolvimento do pensamento investigativo e o letramento estatístico, além de aproximar os conteúdos escolares da realidade sociocultural dos estudantes. As propostas didáticas apresentadas evidenciam que a antroponímia pode funcionar como um eixo integrador entre Matemática e Ciências Humanas, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas e interdisciplinares.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações. Entre elas, destacam-se a dependência de bases de dados censitárias, que podem não capturar integralmente fenômenos recentes de nomeação, e a impossibilidade de estabelecer relações causais diretas entre eventos socioculturais específicos e a escolha de determinados nomes. Além disso, análises mais

aprofundadas sobre motivações individuais de escolha demandariam abordagens qualitativas complementares, como entrevistas ou estudos etnográficos.

Diante dessas limitações, sugerem-se investigações futuras que ampliem o escopo metodológico, incorporando técnicas de mineração de dados, análise de redes e modelos preditivos para explorar tendências emergentes de nomeação. Também se recomenda o desenvolvimento de estudos comparativos internacionais, bem como pesquisas que integrem dados de mídias digitais e registros civis contemporâneos, possibilitando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas onomásticas atuais.

Em síntese, a dissertação confirma que os nomes pessoais constituem um campo fértil para análises estatísticas e socioculturais, funcionando como registros simbólicos das transformações históricas e identitárias da sociedade brasileira. Ao evidenciar a relação entre antroponímia e Educação Estatística, o estudo contribui para a construção de práticas pedagógicas inovadoras e para a ampliação do diálogo interdisciplinar entre matemática e ciências humanas. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa estimule novas investigações e práticas educacionais que reconheçam os nomes próprios não apenas como elementos de identificação individual, mas como dados culturais capazes de revelar a história e a diversidade do Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, EDUARDO TADEU ROQUE; SEIDE, MÁRCIA SIPAVICIUS. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020.

BOURDIEU, PIERRE. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BUSSAB, WILTON DE O.; MORETTIN, PEDRO A. **Estatística Básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BARREIROS, LILIANE L. S.; SEABRA, MARIA CÂNDIDA T. C. Cantos e encantos de Feira de Santana (BA): estudo bilíngue (Português/Libras) na toponímia feirense. In: Juliana Soledade; Natival Almeida Simões Neto. (Org.). **Nomes próprios**: abordagens linguísticas. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2021, v. 1, p. 259-274.

CAMPOS, C. R.; WODEWOTZKI, M. L. L.; JACOBINI, O. R. **Educação Estatística**: teoria e prática em ambiente de modelagem matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARVALHINHOS, PATRICIA DE JESUS. **Antroponímia**: estudos sobre os nomes próprios de pessoa. São Paulo: USP, 2007.

CARVALHINHOS, PATRÍCIA DE JESUS. **As origens dos nomes de pessoas**. Revista Língua e Literatura, n. 7, p. 19–33, 2002.

CAZORLA, I. M.; SANTANA, E. (Org.). **Do tratamento da informação ao letramento estatístico**. 1. ed. Itabuna: Vía Litterarum, 2010.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DICK, MARIA VICENTINA DE PAULA DO AMARAL. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FREIRE, MÁRCIO LUÍS. **História da Matemática na Mesopotâmia**. UPF - Universidade de Passo Fundo - Novembro de 2005.

GAL, IDDO. Adults' Statistical Literacy: Meanings, Components, Responsibilities. *International Statistical Review*, v. 70, n. 1, 2002.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo Editora ATLAS S.A. 2002.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUÉRIOS, ROSÁRIO FARANI MANSUR. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Nomes no Brasil: Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/nomes>. Acesso em: 06 de out. 2025.

LOPES, CELI ESPASANDIN. **O ensino da estatística e da probabilidade na educação básica e a formação dos professores**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 74, p. 57-73, jan./abr. 2008 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

LOPES, CELI ESPASANDIN. **A Educação Estatística no currículo de Matemática: um ensaio teórico**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 13., 2010, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Anped, 2010.
Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT19-6836--Int.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2025.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA; DESLANDES, SUELY FERREIRA; GOMES, ROMEU. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26°. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. **Análise de Séries Temporais**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2020.

NASCENTES, ANTENOR, **Dicionário de língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras** - Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1966.

REIS, MARCELO MENEZES. **Análise de séries temporais**. In: **INE 7001 Estatística para administradores I**. Florianópolis: UFSC, [2015]. p. 1-38. (Apostila). Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~marcelo/INE7001.html>. Acesso em: 05/12/2025.

SAMPIERI, ROBERTO HERNÁNDEZ; COLLADO, CARLOS FERNÁNDEZ; LUCIO, MARIA DEL PILAR BAPTISTA. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEABRA, MARIA CÂNDIDA TRINDADE COSTA de. Língua, Cultura e Léxico. In: SOBRAL, GILBERTO NAZARENO; LOPES, NORMA DA SILVA; RAMOS, JÂNIA MARTINS (orgs.). **Linguagem, sociedade e discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65–84.

SEIDE, Marli Quadros Leite; MATTOS, Cláudia Lemos de. **Estudos Onomásticos no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. A. Uma abordagem construcional da antroponímia brasileira em perspectiva histórica. In: BATISTA DE SOUZA, R.; BORGES, R.; ALMEIDA, I. S.; SOUZA, D. (Orgs.). **Filologia em diálogo: descentramentos culturais e epistemológicos** (Anais do IX Seminário de Estudos Filológicos). Salvador: Memória e Arte, 2020, p. 386-402.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1

Componente curricular: Matemática

Unidade temática: Estatística

Tema: Estatística e Distribuição dos Nomes no Brasil: Relações Socioculturais, Históricas e Demográficas

Público-alvo: Ensino Médio

Ano: 3º ano

Tempo estimado: 3 aulas de 50 minutos cada

Objetivo geral

- Compreender a Estatística como ferramenta de leitura da realidade social, identificando os conceitos de população, amostra e variáveis estatísticas, bem como as relações entre a escolha dos nomes e fatores socioculturais, históricos e demográficos.

Habilidades (BNCC)

- **EM13MAT102** Analisar gráficos e métodos de amostragem de pesquisas estatísticas apresentadas em relatórios divulgados por diferentes meios de comunicação, identificando, quando for o caso, inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas e amostras não apropriadas.

Conteúdos estatísticos trabalhados

- Introdução à Estatística
- Variáveis estatísticas (qualitativas e quantitativas)

Recursos

- Papel, caneta, quadro, pincel, computador, projetor, site *Nomes no Brasil* (IBGE).

Aula 1 – Estatística, Sociedade e o Ato de Nomear

Problematização: O professor iniciará a aula perguntando: vocês sabem quais os nomes mais registrados no Brasil? Vocês sabem quantas pessoas tem o seu mesmo nome registrado no Brasil? Vocês sabem que os nomes das pessoas sofrem influência do contexto em que elas vivem? O que o nome de alguém pode revelar sobre sua época de nascimento ou contexto social?

Desenvolvimento: O professor iniciará a aula fazendo uma retrospectiva histórica sobre a origem da Estatística e sua importância em nossas vidas, em seguida apresentará os conceitos de Estatística, População e Amostra.

Depois da exposição dos conceitos o professor propõe uma atividade prática “IBGE na prática”. Divide a sala em grupos de 5 alunos, apresenta o site nomes no Brasil e orienta que eles acessem o site no celular ou computador. Pesquisam: a) nome mais comum no Brasil; b) nome mais comum no estado; c) nome mais comum no município. Pergunta: Isso é população ou amostra?

Por fim, faz uma discussão orientada sobre o nome como construção social, relacionando-o a aspectos culturais, históricos e demográficos.

Síntese/Avaliação

O professor verificará a participação dos alunos na discussão e identificação correta dos conceitos apresentados.

Aula 2 – Variáveis Estatísticas no Estudo dos Nomes

Problematização: O professor iniciará a aula perguntando: O nome de uma pessoa pode ser considerado um dado estatístico? O nome de uma pessoa é um dado que expressa quantidade ou qualidade? Quais outras informações podem ser associadas a ele?

Desenvolvimento: O professor apresenta os conceitos sobre variáveis qualitativas e quantitativas destacando alguns exemplos de tipos de variáveis estatísticas fazendo a classificação a partir do tema nomes:

- qualitativas nominais (nomes, gênero);
- qualitativas ordinais (décadas, faixas etárias);
- quantitativas discreta (frequência absoluta de registros).
- quantitativa contínua (frequência relativa de registros).

Logo em seguida o professor propõe (usando os mesmos grupos) a atividade “Caça às variáveis”. Alunos pesquisam um nome específico no site, e sobre nome escolhido anotam:

- A frequência total
- A posição no ranking
- A década com mais registros
- Classificam cada uma dessas informações quanto ao tipo de variável

Síntese/Avaliação

O professor verificará a participação dos alunos na correção coletiva e socialização das respostas.

Aula 3 – Planejamento da Pesquisa Estatística

Problematização: O professor inicia a aula com o seguinte questionamento: Como transformar uma curiosidade social em uma investigação estatística?

Desenvolvimento: O professor faz a apresentação das fases do método estatístico (planejamento, coleta e análise). O professor orienta aos alunos fazerem um planejamento a uma pesquisa sobre nomes de pessoas usando os métodos definidos anteriormente, esses recortes iniciais que serão trabalhados nas sequências seguintes.

Síntese/Avaliação

O professor verificará a participação dos alunos na coerência do planejamento proposto pelos grupos.

APÊNDICE 2 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2

Componente curricular: Matemática

Unidade temática: Estatística

Tema: Diferenças por Gênero, Década e Faixas Etárias na distribuição dos nomes no Brasil

Público-alvo: Ensino Médio

Ano: 3º ano

Tempo estimado: 3 aulas de 50 minutos cada

Objetivo geral

- Organizar e analisar dados reais sobre nomes próprios, identificando diferenças por gênero, década de nascimento e faixas etárias, por meio de tabelas e representações gráficas simples.

Habilidades (BNCC)

- **EM13MAT408** Construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências, com base em dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas, incluindo ou não o uso de softwares que inter-relacionem estatística, geometria e álgebra.

Conteúdos estatísticos trabalhados

- Tabelas de Frequência absoluta e relativa
- Gráficos de colunas, linhas e barras
- Comparação de distribuições

Recursos

- Planilha eletrônica (Excel), computador, projetor, site *Nomes no Brasil* (IBGE).

Aula 1 – Coleta e Organização dos Dados por Gênero

Problematização:

O professor inicia a aula com a afirmação: “Alguns nomes são predominantemente masculinos ou femininos, enquanto outros podem ser usados para ambos os gêneros”. Em seguida questiona: Como podemos organizar esses dados para comparar a distribuição dos nomes entre masculino e feminino?

Desenvolvimento:

O professor conceitua frequência absoluta (contagem) e frequência relativa (porcentagem). Usar exemplo rápido no quadro com nomes da turma diferenciando frequência absoluta de relativa.

Em duplas, os alunos deverão acessar o site *Nomes no Brasil* e pesquisar cinco nomes (podendo incluir nomes da turma), registrando:

- Nome
- Frequência absoluta
- Distribuição por gênero (quando disponível)
- Cálculo da porcentagem em relação ao total do nome pesquisado

Os dados deverão ser organizados em tabela no caderno ou em planilha eletrônica.

Em seguida, o professor promove a socialização e conduz a discussão: Existem nomes fortemente associados a um gênero? Há casos de variação? Quais fatores culturais podem explicar essas diferenças?

Síntese/Avaliação:

O professor verificará a participação dos alunos na organização das tabelas e da compreensão das diferenças entre frequência absoluta e relativa na comparação por gênero.

Aula 2 – Diferenças por Década

Problematização:

O professor inicia a aula perguntando: Um nome cresce ou diminui de forma contínua ao longo do tempo? Ele é igualmente popular em todas as décadas?

Em seguida, apresenta diferentes tipos de gráficos e discute a adequação de cada um:

- Barras/Colunas: comparação entre décadas;
- Linhas: tendências ao longo do tempo;
- Setores (Pizza): composição proporcional;
- Histogramas: distribuição por intervalos de classe.

Desenvolvimento: Mantendo as duplas da aula anterior, cada grupo deverá selecionar um nome e analisar sua evolução por décadas de nascimento no site.

Os alunos deverão:

- Registrar as frequências por década;
- Organizar os dados em tabela;
- Construir, via software, o gráfico que melhor represente a evolução do nome ao longo do tempo.

O professor orientará a interpretação dos gráficos, incentivando a reflexão sobre possíveis influências históricas, culturais ou midiáticas.

Síntese/Avaliação:

O professor acompanhará a construção dos gráficos e verificará se representam corretamente a evolução temporal, bem como se a escolha do tipo de gráfico foi adequada.

Aula 3 – Diferenças por Faixas Etárias

Problematização: O professor inicia a aula com a pergunta: É possível estimar a idade média de uma pessoa apenas pelo nome? Existem nomes mais associados a gerações específicas?

Em seguida, demonstra no site que a distribuição por décadas permite inferir a concentração do nome em determinadas faixas etárias.

Desenvolvimento: O professor explica como relacionar décadas de nascimento às faixas etárias atuais.

A turma será organizada em grupos de cinco alunos. Cada grupo deverá pesquisar os nomes de seus integrantes e:

- Identificar a década de maior ocorrência;
- Estimar a faixa etária predominante;
- Comparar os nomes do grupo quanto à concentração geracional;
- Organizar os dados em tabela e gráfico comparativo (barras ou linhas).

Após a atividade, cada grupo apresentará uma breve análise destacando semelhanças e diferenças entre os nomes pesquisados.

Síntese/Avaliação:

O professor verificará a participação dos alunos no trabalho em equipe, a correta organização dos dados e a capacidade de interpretar diferenças por faixa etária, relacionando os resultados a contextos históricos e socioculturais.

APÊNDICE 3 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3

Componente curricular: Matemática

Unidade temática: Estatística

Tema: Estatística e as Tendências Temporais, Picos de Popularidade e Padrões Regionais relacionados aos nomes pessoais

Público-alvo: Ensino Médio

Ano: 3º ano

Tempo estimado: 3 aulas de 50 minutos cada

Objetivo geral

- Compreender os conceitos fundamentais da Estatística por meio da análise de dados reais sobre nomes pessoais no Brasil, utilizando informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (seção *Nomes no Brasil*), investigando tendências temporais, picos de popularidade e distribuição regional, de modo a interpretar criticamente a realidade sociocultural e aplicar tais conhecimentos em situações concretas.

Habilidades (BNCC)

- **EM13MAT316** Resolver e elaborar problemas, em diferentes contextos, que envolvem cálculo e interpretação das medidas de tendência central (média, moda, mediana) e das de dispersão (amplitude, variância e desvio padrão).

Conteúdos estatísticos trabalhados

- Medidas de Tendência Central: moda, mediana e média
- Integração entre os conceitos
- Interpretação de dados estatísticos reais

Aula 1 – Moda: o pico de popularidade dos nomes

Problematização

O professor projeta o site *Nomes no Brasil* e pergunta: “Por que minha avó se chama Terezinha e meu sobrinho se chama Gael? O que os nomes revelam sobre a época em que a pessoa nasceu?”

Desenvolvimento

O professor dá continuidade à aula apresentando as medidas de tendência central, conceituando inicialmente apenas a Moda.

Em seguida, exemplifica mostrando que o nome que mais se repete na própria turma corresponde à moda dos nomes da sala.

Depois, no site, ao clicar em um nome como Maria, observa-se no gráfico por década o período de maior frequência (pico). Esse valor representa a **moda temporal**, isto é, a década de maior ocorrência.

Atividade – “Caçando modas”

Em duplas, os estudantes escolhem 3 nomes com perfis diferentes:

- Um nome “antigo”
- Um nome “moderno”
- Um nome “estável”

Devem registrar:

- Nome pesquisado
- Década de pico (moda)
- Frequência no pico
- O pico foi recente ou distante?
- O nome mantém popularidade atualmente?

Síntese/Avaliação

O professor verificará a participação dos alunos a socialização dos resultados e construção coletiva da ideia de que a moda evidencia tendências temporais e modismos culturais.

Aula 2 – Mediana: permanência e equilíbrio temporal

Problematização: O Professor retoma a ideia de moda (pico) e lança: Sabemos quando um nome esteve no auge. Mas como saber se um nome é velho ou novo? O nome teve apenas um grande pico ou sua popularidade foi equilibrada ao longo do tempo?”

Desenvolvimento: O professor apresenta o conceito de Mediana como medida que divide um conjunto ordenado em duas partes iguais. Usar exemplo simples com idades de 5 alunos. Depois, mostrar que no site Nomes no Brasil, o IBGE calcula e disponibiliza a idade mediana de cada nome.

Em seguida o professor propõe a atividade: “Comparando medianas”. O Professor distribui uma tabela impressa ou projeta com nomes e suas idades medianas. Perguntas: O que significa um nome ter idade mediana 66 anos? E 1 ano? Como a mediana se relaciona com o

pico que vimos na aula passada? O que a idade mediana de um nome revela sobre as pessoas que o carregam? A mediana ajuda a perceber permanência cultural?

Síntese/Avaliação

O professor verificará a participação dos alunos nos debates.

Aula 3 – Média de registros por estado: padrões regionais

Problematização: O professor perguntará “Um nome é igualmente popular em todo o Brasil ou sua distribuição é regional?”

Desenvolvimento: O professor prossegue a aula conceituando e exemplificando média aritmética simples e propõe a seguinte atividade em grupos de 5 alunos.

- Cada grupo escolhe um nome.
- No site, acessa a aba de distribuição por estado.
- Seleciona os 10 estados com maior frequência do nome.
- Registra os valores absolutos em tabela.

Cálculo

Os estudantes calculam a **média aritmética simples** dos registros entre esses estados:

$$\bar{x} = \frac{x_1 + x_2 + \cdots + x_{10}}{10}$$

Análise

- quais estados ficaram acima da média?
- quais ficaram abaixo?
- a média representa bem a distribuição?
- O nome é regionalizado ou nacional?

Síntese/Avaliação

O professor verificará a desenvoltura dos alunos na socialização dos resultados e construção coletiva da ideia de que a moda identifica picos de popularidade, a mediana evidencia equilíbrio e a média permite comparar padrões regionais.

APÊNDICE 4 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA 4

Componente curricular: Matemática

Unidade temática: Estatística

Tema: Ciclos de popularidade e permanência dos nomes na cultura brasileira

Público-alvo: Ensino Médio

Ano: 3º ano

Tempo estimado: 3 aulas de 50 minutos cada

Objetivo geral

- Compreender a organização, representação e interpretação de dados estatísticos por meio da análise de nomes pessoais no Brasil, investigando seus ciclos de popularidade ao longo do tempo, utilizando tabelas de frequência, gráficos e medidas de tendência central, de modo a interpretar padrões culturais e temporais.

Habilidades (BNCC)

- **EM13MAT316**

Resolver e elaborar problemas, em diferentes contextos, que envolvem organização, representação e interpretação de dados, incluindo medidas de tendência central.

Conteúdos estatísticos trabalhados

- Tabela de frequência com intervalos de classe
- Histograma
- Polígono de frequência
- Moda
- Interpretação de dados reais

Recursos

- Papel, caneta, quadro, pincel, computador, projetor, site Nomes no Brasil (IBGE)

Aula 1 – Tabela de frequência em intervalos: organizando os dados ao longo do tempo

Problematização: O professor inicia com a pergunta: Os nomes aparecem de forma aleatória ao longo do tempo ou seguem padrões? Como podemos organizar os dados de nascimento por décadas para enxergar melhor essas tendências?

Desenvolvimento: O professor aprofunda o conteúdo sobre tabelas de frequências e apresenta dados de frequência de um nome ao longo das décadas (retirados do site Nomes no Brasil – IBGE).

Em seguida, explica a ideia de agrupar dados por décadas (intervalos como 1930–1939, 1940–1949, etc.), mostra como construir uma tabela contendo:

- Intervalo (década)
- Frequência absoluta
- Frequência acumulada

O professor constrói um exemplo coletivo com a turma.

Logo em seguida propõe a Atividade: “Organizando a popularidade”

Em duplas, os estudantes: a) Escolhem um nome no site do IBGE b) Coletam os dados por década c) Constroem uma tabela de frequência com intervalos.

Devem registrar:

- Intervalos de décadas
- Frequência em cada intervalo
- Identificação de crescimento ou queda ao longo do tempo

Síntese/Avaliação

O professor avalia: Correção na construção da tabela, participação na atividade e capacidade de identificar padrões iniciais (crescimento/queda)

Aula 2 – Histograma e polígono de frequência: visualizando ciclos de popularidade

Problematização: O professor retoma a aula anterior: Agora que organizamos os dados em tabelas, como podemos visualizá-los de forma mais clara? É possível enxergar ciclos de crescimento e queda de um nome?

Desenvolvimento: O professor apresenta:

Histograma de frequências

- Gráfico com barras justapostas representando frequências por intervalo
- Eixo horizontal: décadas
- Eixo vertical: frequência

Polígono de frequência

- Ligação dos pontos médios dos intervalos
- Permite visualizar melhor a tendência (crescimento e declínio)

O professor constrói um exemplo no quadro ou projetor.

Em seguida o professor propõe a atividade: “Desenhando tendências”

Com base na tabela construída na aula anterior, os estudantes: Constroem um histograma e constroem o polígono de frequência.

Depois, respondem:

- O nome apresenta crescimento gradual ou abrupto?
- Há um período de queda?
- O gráfico mostra um ciclo (ascensão e declínio)?

- O nome parece ser passageiro ou duradouro?

Síntese/Avaliação

O professor avalia de acordo com a desenvoltura na construção correta dos gráficos e interpretação das tendências.

Aula 3 – Moda: identificando o pico de popularidade

Problematização: O professor questiona: Depois de organizar e visualizar os dados, como podemos identificar exatamente o momento em que um nome foi mais popular?

Desenvolvimento: O professor aprofunda o conceito de Moda, mostrando fórmulas de encontrar a através de uma tabela de frequência, em seguida pede para os alunos encontrar:

- Valor (ou intervalo) com maior frequência
- No contexto: década com maior número de registros do nome

Relaciona com os gráficos:

- No histograma → barra mais alta
- No polígono → ponto mais alto

Em seguida o professor propõe a atividade: “Descobrimo o auge”

Em duplas, os estudantes utilizam os dados e gráficos já construídos e identificam:

- A moda (década de maior frequência)
- O valor da frequência máxima
- Se o pico foi recente ou antigo

Em seguida respondem:

- O nome teve um único pico ou vários?
- O nome ainda é popular hoje?
- O comportamento indica modismo ou permanência?

Síntese/Avaliação

O professor avalia os alunos através da identificação correta da moda, capacidade de interpretação dos dados e participação ativa na atividade proposta.